

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	20
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	120
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	121
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	122
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

124

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	720.210.378
Preferenciais	1.009.616.927
Total	1.729.827.305
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2018	Dividendo	08/03/2018	Ordinária		0,10000
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2018	Dividendo	08/03/2018	Preferencial		0,10000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	7.327.255	7.149.919
1.01	Ativo Circulante	376.668	915.294
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.805	134.406
1.01.02	Aplicações Financeiras	146.934	660.798
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	146.934	660.798
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	146.934	660.798
1.01.03	Contas a Receber	52.928	34.280
1.01.03.01	Clientes	52.928	34.280
1.01.04	Estoques	119	94
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.815	29.502
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.067	56.214
1.01.08.03	Outros	44.067	56.214
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	16.587	21.122
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	3.457
1.01.08.03.04	Títulos de crédito a receber	1.167	1.167
1.01.08.03.05	Outros Créditos	26.313	30.468
1.02	Ativo Não Circulante	6.950.587	6.234.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.945.371	1.970.021
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.255.218	1.250.113
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	394.544	417.515
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	295.609	302.393
1.02.01.09.03	Creditos tributários	195.205	195.205
1.02.01.09.04	Depósitos e cauções vinculados	392	357
1.02.01.09.05	Titulos de créditos a receber	1.881	1.881
1.02.01.09.06	Tributos a recuperar	36.109	42.870
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	0	57
1.02.01.09.08	Outros	62.022	62.023
1.02.02	Investimentos	4.945.146	4.204.270
1.02.02.01	Participações Societárias	4.945.146	4.204.270
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.935.167	4.194.291
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	9.979	9.979
1.02.03	Imobilizado	48.203	48.785
1.02.04	Intangível	11.867	11.549
1.02.04.01	Intangíveis	11.867	11.549

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	7.327.255	7.149.919
2.01	Passivo Circulante	426.740	513.467
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.515	5.824
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.515	5.824
2.01.01.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	5.515	5.824
2.01.02	Fornecedores	3.695	7.069
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.695	7.069
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	328.834	324.853
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.442	82.914
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	82.442	82.914
2.01.04.02	Debêntures	246.392	241.939
2.01.05	Outras Obrigações	88.696	175.721
2.01.05.02	Outros	88.696	175.721
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.492	91.962
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	1.330	563
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	6.963	5.755
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.217	1.217
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	11.533	10.749
2.01.05.02.10	Outros passivos	64.161	65.475
2.02	Passivo Não Circulante	2.921.171	2.792.999
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.544.792	2.525.598
2.02.01.02	Debêntures	2.544.792	2.525.598
2.02.02	Outras Obrigações	375.732	266.754
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	107.812	106.042
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	107.812	106.042
2.02.02.02	Outros	267.920	160.712
2.02.02.02.04	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.523	1.493
2.02.02.02.05	Benefícios pós emprego	3.420	3.115
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	258.935	151.945
2.02.02.02.07	Outros passivos	4.042	4.159
2.02.03	Tributos Diferidos	647	647
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	647	647
2.03	Patrimônio Líquido	3.979.344	3.843.453
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	2.795.963
2.03.02	Reservas de Capital	-55.593	-144.558
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras Reservas	10.130	-78.835
2.03.04	Reservas de Lucros	1.286.719	1.370.833
2.03.04.01	Reserva Legal	149.420	149.420
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.137.299	1.137.299
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	84.114
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	131.040	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-178.785	-178.785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	35.135	14.090
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.025	-9.616
3.02.01	Pessoal e administradores	-4.691	-7.033
3.02.02	Entidade de Previdência Privada	-306	0
3.02.03	Material	-71	-68
3.02.04	Serviços de Terceiros	-1.603	-1.329
3.02.05	Depreciação e Amortização	-1.321	-759
3.02.06	Outras Despesas	-33	-427
3.03	Resultado Bruto	27.110	4.474
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	237.413	128.307
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.865	-5.542
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-11.958	-1.650
3.04.02.03	Entidade de Previdência Privada	-213	-103
3.04.02.04	Material	-134	-167
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-12.858	-3.127
3.04.02.06	Depreciação e Amortização	-670	-352
3.04.02.07	Outras	-1.012	-143
3.04.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-20	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	68	0
3.04.04.02	Outros	68	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	264.210	133.849
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	264.523	132.781
3.06	Resultado Financeiro	-133.483	-13.024
3.06.01	Receitas Financeiras	52.497	56.462
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	30.697	26.545
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	13.991	23.798
3.06.01.03	Receita de aval	10.312	8.167
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.566	-2.590
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	63	542
3.06.02	Despesas Financeiras	-185.980	-69.486
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-55.476	-34.927
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-110.082	6.669
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	3.417	-11.925
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-21.247	-14.417
3.06.02.05	Despesas bancárias	-277	-1.840
3.06.02.06	IOF	-145	-1.245
3.06.02.07	Despesas de aval	-2.900	-2.812
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-113	-8.517
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	868	-538
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-25	66
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	131.040	119.757
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	131.040	119.757
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	131.040	119.757
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.99.01.01	ON	0,07575	0,06923
3.99.01.02	PN	0,07575	0,06923
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07575	0,06923
3.99.02.02	PN	0,07575	0,06923

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	131.040	119.757
4.03	Resultado Abrangente do Período	131.040	119.757

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.276	14.685
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.728	341
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	131.040	119.757
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	32.158	7.528
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-264.210	-133.849
6.01.01.05	Depreciação e amortização	1.991	1.111
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, civeis e fiscais	20	0
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-3.417	11.925
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	110.082	-6.669
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-868	538
6.01.01.13	Perda na alienação dos ativos	-68	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.004	14.344
6.01.02.01	(Aumento) Diminuição de clientes	-18.648	2.290
6.01.02.03	(Aumento) de cauções e depositos vinculados	-35	0
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-25	-4
6.01.02.05	(Aumento) diminuição de tributos a recuperar	-2.552	1.153
6.01.02.08	Diminuição de outros créditos	4.224	1.834
6.01.02.09	(Diminuição) de fornecedores	-3.374	-356
6.01.02.11	(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	-309	-564
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	1.208	820
6.01.02.13	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-1.493	9.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	725.162	157.469
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-7.230	28
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	0	-16.235
6.02.03	Aplicações no intangível	0	-1.347
6.02.04	Recebimento de dividendos	156.044	3.599
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	539.456	163.208
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	-1.727	0
6.02.08	Partes relacionadas	38.619	8.216
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-751.487	-156.288
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	0	-56.492
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-51.913	0
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	4.623	-1.072
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-172.584	-98.724
6.03.10	Aquisição de participação adicional de não controladores	-531.613	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-40.601	15.866
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	134.406	41.878
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	93.805	57.744

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	88.965	-84.114	0	0	4.851
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	116.815	0	0	0	116.815
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-27.850	0	0	0	-27.850
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.040	0	131.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.040	0	131.040
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-55.593	1.286.719	131.040	-178.785	3.979.344

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.604	-87.163	0	0	-83.559
5.04.08	dividendos 2016	0	0	-87.163	0	0	-87.163
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	3.604	0	0	0	3.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	119.757	0	119.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	119.757	0	119.757
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-55.998	997.959	119.757	-139.616	3.718.065

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	39.799	15.850
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.799	15.850
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.243	-4.858
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.667	-4.693
7.02.04	Outros	-576	-165
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.556	10.992
7.04	Retenções	-1.991	-1.111
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.991	-1.111
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.565	9.881
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	319.273	192.901
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	264.210	133.849
7.06.02	Receitas Financeiras	55.063	59.052
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	341.838	202.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	341.838	202.782
7.08.01	Pessoal	14.679	7.470
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.445	5.492
7.08.01.02	Benefícios	2.403	1.591
7.08.01.03	F.G.T.S.	831	387
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.728	5.971
7.08.02.01	Federais	8.735	5.677
7.08.02.03	Municipais	993	294
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	186.391	69.584
7.08.03.01	Juros	185.980	69.486
7.08.03.02	Aluguéis	411	98
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	131.040	119.757
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	131.040	119.757

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	21.944.046	22.048.356
1.01	Ativo Circulante	7.054.612	7.098.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	945.396	921.481
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.156.928	1.758.953
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.146.724	1.749.224
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.146.724	1.749.224
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.204	9.729
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10.204	9.729
1.01.03	Contas a Receber	2.418.799	2.246.232
1.01.03.01	Clientes	2.418.799	2.246.232
1.01.04	Estoques	58.886	57.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	591.171	575.826
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	591.171	575.826
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.883.432	1.539.193
1.01.08.03	Outros	1.883.432	1.539.193
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	19.908	19.940
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	88.051	87.782
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.110.317	729.368
1.01.08.03.06	Outros créditos	665.156	702.103
1.02	Ativo Não Circulante	14.889.434	14.949.632
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.568.827	7.578.638
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	117.926	137.837
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	117.926	137.837
1.02.01.03	Contas a Receber	485.136	472.789
1.02.01.03.01	Clientes	485.136	472.789
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.965.765	6.968.012
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	22.727	23.906
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	223.533	223.424
1.02.01.09.05	Créditos tributários	1.403.231	1.400.036
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	254.095	249.138
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	110.960	90.635
1.02.01.09.08	Contas a receber da concessão	4.607.841	4.420.666
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	178.022	384.656
1.02.01.09.12	Outros créditos	165.356	175.551
1.02.02	Investimentos	49.215	49.177
1.02.02.01	Participações Societárias	49.215	49.177
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	49.215	49.177
1.02.03	Imobilizado	173.708	178.136
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	173.708	178.136
1.02.04	Intangível	7.097.684	7.143.681

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	21.944.046	22.048.356
2.01	Passivo Circulante	6.086.384	5.745.441
2.01.02	Fornecedores	1.492.954	1.418.407
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.492.954	1.418.407
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.679.436	1.935.635
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.417.670	1.609.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	617.292	773.883
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	800.378	835.605
2.01.04.02	Debêntures	261.766	326.147
2.01.05	Outras Obrigações	2.913.994	2.391.399
2.01.05.02	Outros	2.913.994	2.391.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.082	100.832
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	9.689	10.157
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	93.870	84.202
2.01.05.02.07	Contribuição de iluminação publica	65.161	63.327
2.01.05.02.08	Benefícios pós emprego	47.264	46.583
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	94.028	64.008
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	221.804	289.867
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	474.710	496.763
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	871.065	714.923
2.01.05.02.13	Taxas regulamentares	58.635	58.635
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	65.482	111.053
2.01.05.02.18	Instrumentos financeiros derivativos	633.974	63.568
2.01.05.02.19	Outros passivos	266.230	287.481
2.02	Passivo Não Circulante	11.568.669	11.518.393
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.564.209	6.954.918
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.876.624	3.924.448
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.444.221	3.514.680
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.432.403	409.768
2.02.01.02	Debêntures	3.687.585	3.030.470
2.02.02	Outras Obrigações	2.086.101	2.686.769
2.02.02.02	Outros	2.086.101	2.686.769
2.02.02.02.03	Fornecedores	76.628	95.767
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	260.461	709.016
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	236.658	215.466
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	59.432	61.706
2.02.02.02.07	Benefícios pós emprego	425.664	414.483
2.02.02.02.08	Provisão para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	478.660	486.111
2.02.02.02.09	Taxas regulamentares	23.926	38.282
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	167.957	314.140
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	184.528	181.948
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	98.917	98.917
2.02.02.02.15	Outros passivos	73.270	70.933
2.02.03	Tributos Diferidos	1.918.359	1.876.706
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.918.359	1.876.706
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.288.993	4.784.522

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	2.795.963
2.03.02	Reservas de Capital	-55.593	-144.558
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outros reservas	10.130	-78.835
2.03.04	Reservas de Lucros	1.286.719	1.370.833
2.03.04.01	Reserva Legal	149.420	149.420
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.137.299	1.137.299
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	84.114
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	131.040	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-178.785	-178.785
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	309.649	941.069

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.672.055	3.061.991
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.026.989	-2.600.260
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-1.947.064	-1.629.927
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-257.444	-137.383
3.02.03	Pessoal e administradores	-201.758	-189.286
3.02.04	Entidade de previdencia privada	-7.178	-8.787
3.02.05	Material	-30.909	-26.678
3.02.06	Serviços terceiros	-114.599	-102.178
3.02.07	Depreciação e amortização	-192.919	-164.293
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.932	-13.960
3.02.09	Custo de construção	-235.579	-287.936
3.02.11	Provisão p/ crédito liquidação duvidosa	-30.860	-27.633
3.02.12	Outras	-14.611	-12.199
3.03	Resultado Bruto	645.066	461.731
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-139.286	-119.885
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.919	-134.927
3.04.02.01	Pessoal	-22.881	-25.515
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-11.307	-10.702
3.04.02.03	Material	-5.440	-4.769
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-32.242	-37.155
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	4.352	-1.343
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-23.690	-24.830
3.04.02.07	Outras	-25.711	-30.613
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.788	42.146
3.04.04.01	Outros	12.788	42.146
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.155	-27.104
3.04.05.01	Outras	-35.155	-27.104
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	505.780	341.846
3.06	Resultado Financeiro	-270.159	-151.989
3.06.01	Receitas Financeiras	114.044	155.496
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	37.658	76.310
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	60.883	46.076
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	0	3.959
3.06.01.08	Atualização de ativo financeiro setorial	11.774	5.016
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-9.035	-11.125
3.06.01.10	Outras receitas	12.764	35.260
3.06.02	Despesas Financeiras	-384.203	-307.485
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-160.711	-156.381
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-61.100	8.234
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	731	1.155
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	4.800	0
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-121.951	12.754
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	10.438	-103.902
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	3.080	-5.832
3.06.02.08	Despesas bancárias	-2.290	-4.798

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.06.02.09	Juros/ multas	-106	-174
3.06.02.10	Atualização contingências	-2.833	-3.491
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	24.805	-1.000
3.06.02.12	Atualização de passivo financeiro setorial	-29.247	-23.493
3.06.02.13	Despesa de aval	-2.900	-2.284
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-46.919	-28.273
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	235.621	189.857
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-93.324	-59.003
3.08.01	Corrente	-54.866	-98.413
3.08.02	Diferido	-38.458	39.410
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	142.297	130.854
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	142.297	130.854
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	131.040	119.757
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	11.257	11.097
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07575	0,06923
3.99.01.02	PN	0,07575	0,06923
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07575	0,06923
3.99.02.02	PN	0,07575	0,06923

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	142.297	130.854
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	142.297	130.854
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	131.040	119.757
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	11.257	11.097

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	242.318	563.824
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	680.601	581.664
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	142.297	130.854
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	93.324	59.003
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	231.436	101.079
6.01.01.04	Depreciação e amortização	216.609	189.123
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.860	27.633
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-10.284	15.303
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	22.367	3.518
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	-24.805	1.000
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	121.951	-12.754
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-10.438	103.902
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-132.716	-18.437
6.01.01.12	(Ganho) na alienação da aeronave	0	-18.560
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-438.283	-17.840
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-208.159	-330.865
6.01.02.02	(Aumento) Diminuição de ativos financeiros setoriais	-162.541	167.297
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	252	3.537
6.01.02.04	(Aumento) diminuição de estoques	-2.324	266
6.01.02.05	(Aumento) diminuição de tributos a recuperar	-15.454	17.283
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-4.957	-34.603
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de outros créditos	64.340	-19.077
6.01.02.09	Aumento de fornecedores	67.524	170.631
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais	30.899	51.400
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-77.446	-45.707
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	9.668	9.446
6.01.02.16	(Diminuição) de passivos financeiros regulatórios	-68.974	-15.068
6.01.02.18	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-71.111	7.620
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	439.768	-291.482
6.02.01	Aumento de outros investimentos	-38	0
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-2.185	-27.757
6.02.03	Aplicações no intangível	-234.181	-286.225
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	659.594	1.366
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangível	23.899	21.134
6.02.09	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-7.321	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-658.171	-402.921
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.364.451	94.169
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-1.052.184	-122.975
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-123.802	-161.664
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-21.891	-38.558
6.03.06	Pagamento de dividendos	-172.894	-98.948
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-79.868	-18.691
6.03.09	Pagamento parcelamento de fornecedores	0	-53.488
6.03.10	Parcelamento de encargos setoriais	-15.761	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.03.11	Pagamento parcelamento de fornecedores	-21.867	0
6.03.12	Parcelamento de impostos	-2.742	-2.766
6.03.13	Aquisição de participação adicional de não controladores	-531.613	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.915	-130.579
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	921.481	797.200
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	945.396	666.621

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	88.965	-84.114	0	0	4.851	-642.677	-637.826
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114	-10.054	-94.168
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-27.850	0	0	0	-27.850	16.215	-11.635
5.04.10	Gastos com Emissão de Ações e Outros	0	116.815	0	0	0	116.815	-648.838	-532.023
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.040	0	131.040	11.257	142.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.040	0	131.040	11.257	142.297
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-55.593	1.286.719	131.040	-178.785	3.979.344	309.649	4.288.993

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	1.091.174	4.773.041
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	1.091.174	4.773.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.604	-87.163	0	0	-83.559	-1.104	-84.663
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.163	0	0	-87.163	0	-87.163
5.04.08	Transações de capital - Instrumento Financeiro MTM - reflexo	0	3.604	0	0	0	3.604	0	3.604
5.04.09	Participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.104	-1.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	119.757	0	119.757	11.097	130.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	119.757	0	119.757	11.097	130.854
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-55.998	997.959	119.757	-139.616	3.718.065	1.101.167	4.819.232

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	5.393.083	4.706.051
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.174.240	4.402.447
7.01.02	Outras Receitas	12.788	42.146
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	236.915	289.091
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-30.860	-27.633
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.857.903	-2.411.111
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.380.455	-1.914.526
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-229.460	-236.937
7.02.04	Outros	-247.988	-259.648
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.535.180	2.294.940
7.04	Retenções	-216.609	-189.123
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-216.609	-189.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.318.571	2.105.817
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	123.079	162.662
7.06.02	Receitas Financeiras	123.079	162.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.441.650	2.268.479
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.441.650	2.268.479
7.08.01	Pessoal	211.458	200.739
7.08.01.01	Remuneração Direta	128.140	133.013
7.08.01.02	Benefícios	62.143	52.360
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.175	15.366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.698.332	1.628.226
7.08.02.01	Federais	801.968	755.055
7.08.02.02	Estaduais	889.954	867.456
7.08.02.03	Municipais	6.410	5.715
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	389.563	308.660
7.08.03.01	Juros	384.934	304.681
7.08.03.02	Aluguéis	4.629	3.979
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	142.297	130.854
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	131.040	119.757
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	11.257	11.097

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho - Resultados do 1º trimestre de 2018

Cataguases, 10 de maio de 2018 - A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T18), de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

1. Destaques

Lucro líquido consolidado cresce 8,7% e EBITDA Ajustado atinge R\$ 783,3 milhões no 1T18

- ✓ **Consumo** (cativo + livre) no 1T18 cresceu 3,5% em relação ao 1T17;
- ✓ **EBITDA Ajustado** consolidado totalizou R\$ 783,3 milhões, crescimento de 35,7% em relação aos R\$ 577,1 milhões do 1T17;
- ✓ **Lucro líquido consolidado** atingiu R\$ 142,3 milhões, contra R\$ 130,9 milhões no 1T17, aumento de 8,7%;
- ✓ **Despesas controláveis** consolidadas reduziram 0,7% (R\$ 3,5 milhões) no 1T18 em relação ao 1T17;
- ✓ **Dívida líquida** consolidada totalizou R\$ 8.141,1 milhões, contra R\$ 7.202,0 milhões em dezembro de 2017. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado (12 meses encerrados em março de 2018) ficou em 3,2 vezes, ante 3,0 vezes em dezembro de 2017;
- ✓ **Investimentos** de R\$ 351,5 milhões no 1T18 (R\$ 235,3 milhões se referem a ativos elétricos), contra R\$ 432,7 milhões no 1T17;
- ✓ **Evento Subsequente:** Energisa concluiu, em 16 de abril de 2018, a oferta pública de aquisição de ações da controlada Energisa Mato Grosso. Em abril, foram concluídas as revisões tarifárias da Energisa Mato Grosso, Energisa Mato Grosso do Sul e Energisa Sergipe. (vide item 7).

Descrição	1T18	1T17	Variação %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	5.410,4	4.690,4	+ 15,4
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	3.435,9	2.774,1	+ 23,9
PMSO	466,6	447,8	+ 4,2
EBITDA ⁽¹⁾	722,4	531,0	+ 36,0
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	783,3	577,1	+ 35,7
Lucro líquido	142,3	130,9	+ 8,7
Endividamento Líquido ⁽²⁾	8.141,1	6.141,9	+ 32,6
Investimentos	351,5	432,7	- 18,8
Indicadores Operacionais Consolidados			
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	6.339,8	6.244,8	+ 1,5
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	7.627,8	7.372,4	+ 3,5
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	7.638,4	7.392,2	+ 3,3
Número de Consumidores Totais	6.682.443	6.558.910	+ 1,9
Número de Colaboradores Próprios	12.535	12.327	+ 1,7
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados ⁽³⁾)	15.609	15.378	+ 0,2

(1) EBITDA é a soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização, conforme Instrução CVM 527/12. EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. (2) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). (3) Não incluem terceirizados em obras e excluem terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços.

Comentário do Desempenho

2. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 113 anos em 26 de fevereiro de 2018 e é o sexto maior grupo distribuidor de energia do país em consumo de energia, atendendo nesse segmento de atuação a aproximadamente 6,7 milhões de consumidores em nove estados brasileiros - o equivalente a 8,1% do total de consumidores do Brasil.

A Companhia controla, atualmente, nove distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que mantêm contratos de concessão que vencem entre 2020 e 2045, com uma área de concessão que atinge 1.717 mil Km², equivalentes a 20,2% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia (decorrente da aquisição de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizado dia 24/04/2017), a prestação de serviços e o desenvolvimento de estudos de geração de energia.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

9 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

788 municípios atendidos

6,7 milhões de clientes

18,0 milhões de pessoas atendidas (8,7% do Brasil)

1.717 mil km² total de área coberta (20,2% do território brasileiro)

6 Empresas de serviços (MG, RJ e CE)

2 Empresas de transmissão (PA e GO)

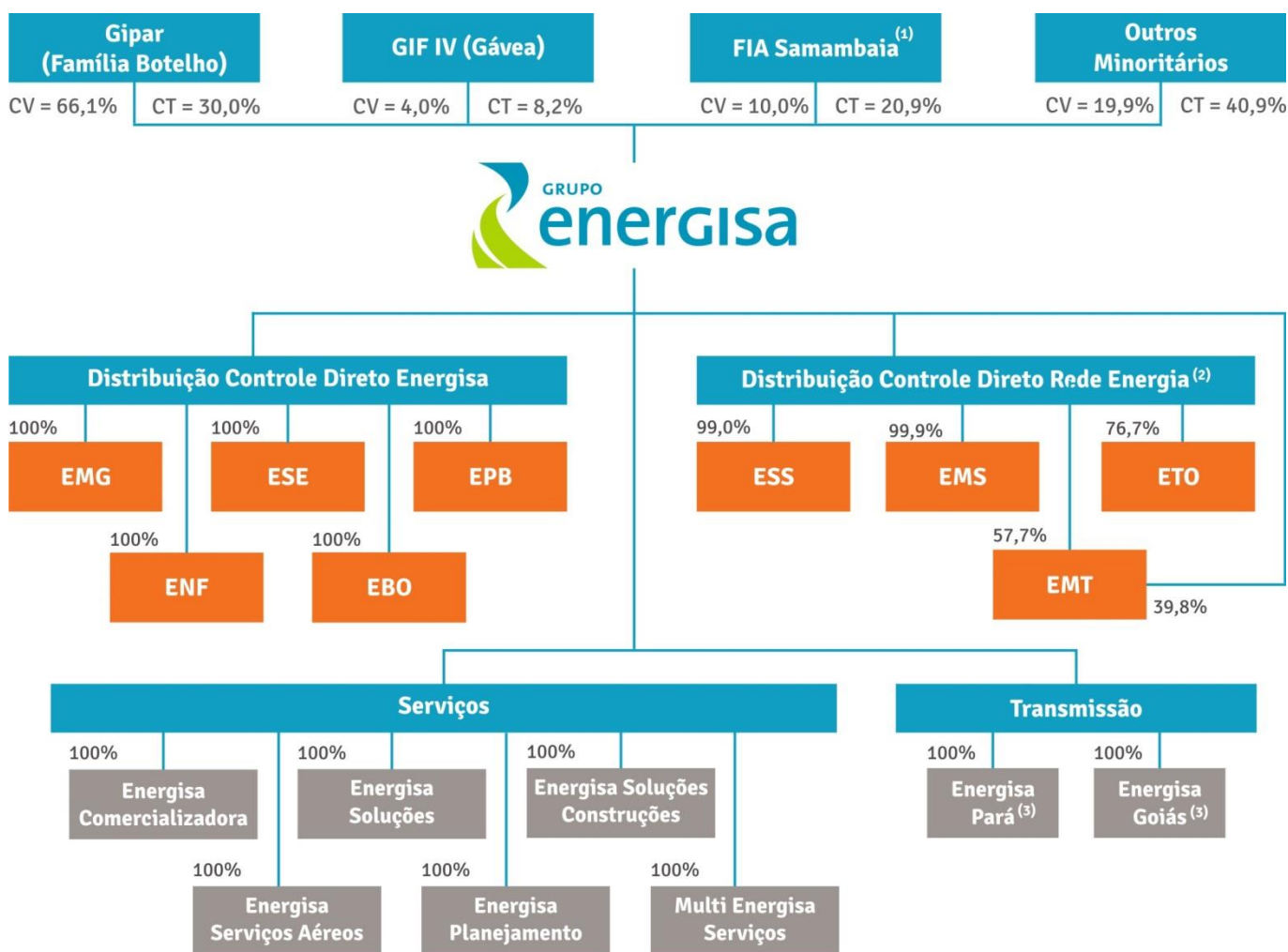


Comentário do Desempenho

Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador direto e indireto é a Família Botelho. A Companhia tem ações negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), em São Paulo, sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Faz parte do Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

Em 8 de dezembro de 2017, a Energisa S.A. anunciou a oferta pública de ações para aquisição da participação acionária de minoritários na Energisa Mato Grosso (“EMT”). Após a realização do leilão de 16 de janeiro e das aquisições supervenientes, que se encerraram em 16 de abril de 2018, a Energisa, em conjunto com a Rede Energia Participações, passou a deter, 97,48% (ante os 66,61% anteriores à oferta e 95,61% em 31 de março de 2018) do capital social total da EMT (ver item 8 - Evento subsequente).



CV = Capital Votante | CT = Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa possui participação de 96,3% na Rede Energia.

(3) SPE's de transmissão (Leilão de Transmissão nº 5/2016).

3. Desempenho operacional

Mercado de energia

O consumo de energia no mercado cativo e livre do Grupo Energisa no 1T18 apresentou aumento de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 7.627,8 GWh e mantendo a sequência de crescimento desde maio de 2017. Considerando o fornecimento não faturado no 1T18, o volume

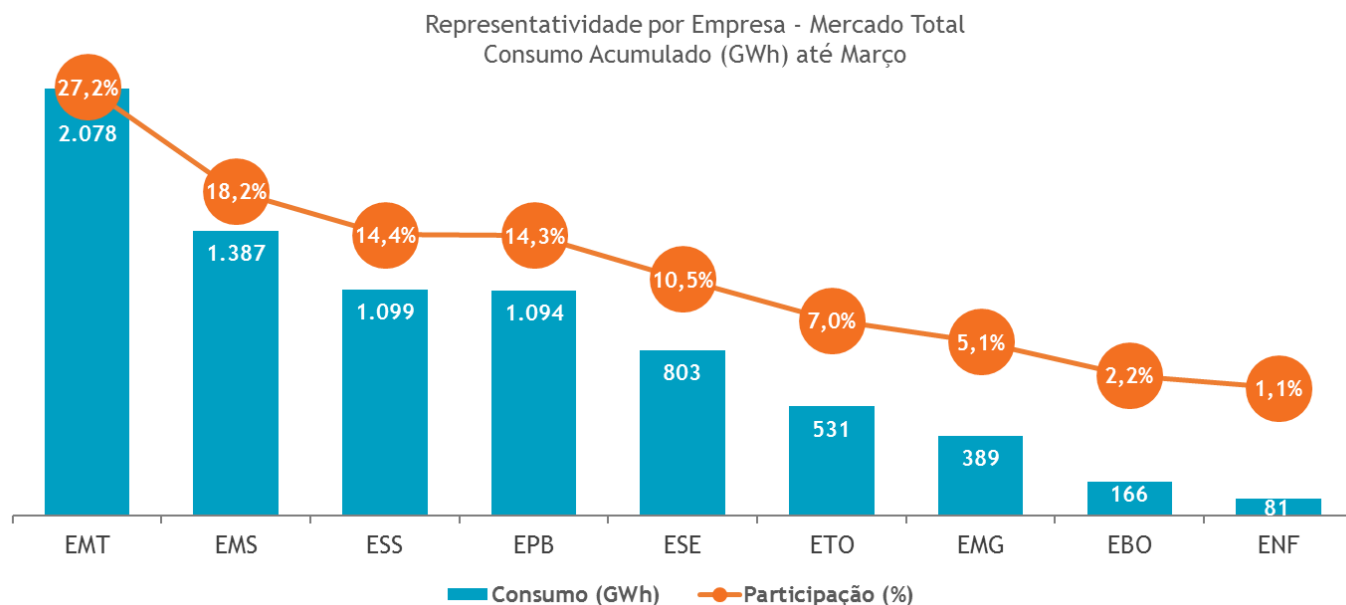
Comentário do Desempenho

consumido de energia passa para 7.638,4 GWh, o que significa aumento de 3,3% em relação ao mesmo trimestre de 2017.

Todas as classes registraram aumento nas vendas de energia. O consumo da classe industrial, com crescimento de 5,6%, foi influenciado pelo segmento alimentício, que representa aproximadamente 43% da classe e que não registra queda desde junho de 2017. Entre as concessões, merece destaque o aumento do consumo da classe na ETO (+30,2%), na ESS (+10,0%), na EMT (+5,8%) e na EMS (+5,5%). A classe residencial registrou crescimento de 4,3%, favorecida principalmente pelas vendas da EMT (+9,6% ou 63,0 GWh).

Entre as distribuidoras, o maior crescimento do consumo de energia foi verificado na região Centro-Oeste, principalmente na concessão da EMT (+5,7%, influenciado pelo avanço do consumo das classes residencial e industrial). Acompanhando esse desempenho positivo, o consumo também mostrou crescimento na área da EMS (+2,7%), na ETO (+5,5%) e da ESS (+3,4%). Por outro lado, as concessões da Energisa Nova Friburgo (-0,7%) e Energisa Borborema (-1,5%) apresentaram queda, cujas vendas foram afetadas pela redução do consumo de clientes do segmento metalúrgico e pelo alto volume de chuvas no trimestre, respectivamente. O consumo na área de concessão da ESE registrou crescimento pelo segundo trimestre consecutivo, após recuos no 2T17 e 3T17.

Vale destacar que no trimestre, a ESS aparece como a terceira distribuidora do Grupo, em termos de vendas de energia, ultrapassando a EPB.



As vendas de energia das distribuidoras do Grupo Energisa seguem apresentando crescimento superior ao consumo do Brasil. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo no país no 1T18 foi 0,4% superior em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energisa

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T18	1T17	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	6.339,8	6.244,8	+ 1,5
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.288,0	1.127,6	+14,2
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	7.627,8	7.372,4	+ 3,5
✓ Consumo não faturado	10,6	19,8	- 46,5
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	7.638,4	7.392,2	3,3

Comentário do Desempenho

4. Desempenho financeiro

Lucro Líquido

No 1T18, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 142,3 milhões, contra R\$ 130,9 milhões registrados no 1T17, aumento de 8,7%.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro líquido Valores em R\$ milhões	1º Trimestre		
	1T18	1T17	Var. %
Distribuição de energia elétrica	337,5	214,7	+ 57,2
Energisa Minas Gerais	12,0	12,6	- 4,8
Energisa Nova Friburgo	3,2	(0,1)	-
Energisa Sergipe	28,0	18,8	+ 48,9
Energisa Borborema	8,1	10,5	- 22,9
Energisa Paraíba	77,5	53,6	+ 44,6
Energisa Mato Grosso	125,0	38,0	+ 228,9
Energisa Mato Grosso do Sul	38,3	33,6	+ 14,0
Energisa Tocantins	18,5	6,2	+ 198,4
Energisa Sul-Sudeste	26,9	41,5	- 35,2
Comercialização, serviços e transmissão	0,4	5,2	- 92,3
ECOM	-	3,3	-
ESOL Consolidada	(1,3)	(0,6)	+ 116,7
Multi Energisa	1,6	1,8	- 11,1
Outras operacionais (*)	0,1	0,7	- 85,7
Holdings (sem equivalência patrimonial)	(153,3)	(44,8)	+ 242,2
ESA Controladora	(133,2)	(14,1)	+ 844,7
Rede Energia Controladora	(9,7)	(14,2)	- 31,7
Denerge	(9,8)	(14,8)	- 33,8
Demais holdings (**)	(0,6)	(1,7)	- 64,7
Combinação de negócios - Ajustes "proforma"	(42,3)	(44,2)	- 4,3
Energisa Consolidada	142,3	130,9	+ 8,7

(*) Resultados da Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A. e Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A. | (**) Resultados da EEVP

Conciliação entre o lucro líquido e EBITDA

Composição da Geração de Caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T18	1T17	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	142,3	130,9	+ 8,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(93,3)	(59,0)	+ 58,1
(-) Resultado financeiro	(270,2)	(152,0)	+ 77,8
(-) Depreciação e amortização	(216,6)	(189,1)	+ 14,5
(=) EBITDA	722,4	531,0	+ 36,0
(+) Receitas de acréscimos moratórios	60,9	46,1	+ 32,1
(=) EBITDA Ajustado	783,3	577,1	+ 35,7
Margem EBITDA Ajustado, com venda dos ativos (%)	19,7	17,3	+ 2,4 p.p
Margem EBITDA Ajustado, sem venda dos ativos (%)	21,3	18,8	+ 2,5 p.p

Comentário do Desempenho

5. Investimentos

No 1T18, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 351,5 milhões, contra R\$ 432,7 milhões no mesmo período do ano passado. Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 235,3 milhões, 66,9% do total. A maior parte dos investimentos em ativos elétricos no 1T18 ocorreu nas concessionárias: ETO (R\$ 66,6 milhões), EMT (R\$ 49,1 milhões) e EMS (R\$ 45,1 milhões). Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos realizados no 1T18, por subsidiária, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Investimento Total		
	1T18	1T17	Var. %
EMG	14,4	21,7	- 33,6
ENF	1,7	1,7	- 0,0
ESE	18,8	22,9	- 17,9
EBO	3,8	3,3	+ 15,2
EPB	30,9	33,0	- 6,4
EMT	122,0	117,3	+ 4,0
EMS	57,2	149,2	- 61,7
ETO	72,6	34,9	+ 108,0
ESS	20,6	23,3	- 11,6
Total Distribuidoras	342,0	407,3	- 16,0
Energisa Pará Transmissora	3,0	-	-
Energisa Goiás Transmissora	3,7	-	-
Energisa Soluções e Const.	0,9	7,5	- 88,0
Outras	1,9	17,9	- 89,4
Total	351,5	432,7	- 18,8

Obs.: As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

6. Mercado de capitais

Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade nominal de 28,9% no 1T18 e encerraram o período cotadas a R\$ 34,70 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou alta de 11,7%, enquanto o IEE teve avanço de 4,3%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

	Março/18	Março/17	Varição %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	20.146,1	13.789,1	+ 46,1
Valor de mercado no final do trimestre (R\$ milhões)	12.005,0	7.647,2	+ 57,0
Volume médio diário negociado no trimestre - Units (R\$ milhões)	39,8	21,1	+ 88,6
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do trimestre (R\$/Unit)	34,70	22,10	+ 57,0
ENGI3 (ON) no fechamento no final do trimestre (R\$/ação)	8,85	5,09	+ 73,8
ENGI4 (PN) no fechamento no final do trimestre (R\$/ação)	6,16	3,93	+ 56,7
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	2,5	1,8	+ 0,4 p.p
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - Últimos 12 meses %	56,3	54,0	+ 2,3 p.p
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	2,8	1,6	+ 75,0

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada; e

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units;

Comentário do Desempenho

7. Eventos subsequentes

Energisa conclui oferta pública de aquisição de ações da controlada EMT

Em 16 de abril de 2018, foi encerrado o prazo da oferta pública voluntária para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada indireta Energisa Mato Grosso, conforme edital publicado em 8 de dezembro de 2017 e aditado em 27 de dezembro de 2017.

Durante o período da oferta pública, compreendido entre 16/01/2018 e 16/04/2018, foram adquiridas pela Energisa S/A 65.740.888 ações (30,87% do capital social total) da EMT, sendo 12.357.131 ações ordinárias (16,81% do capital social na espécie) e 53.383.757 ações preferenciais (38,29% do capital social na espécie). Consequentemente, a Energisa, em conjunto com a Rede Energia, passou a deter, 97,48% (ante os 66,6% anteriores à Oferta e 95,61% em 31 de março de 2018) do capital social total da EMT.

Os quadros abaixo apresentam a distribuição do capital social da EMT antes e depois dessa oferta pública:

Energisa Mato Grosso - Distribuição do Capital Social - Antes da oferta pública em 16/01/2018						
Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	3.626.634	4,94	15.399.302	11,04	19.025.936	8,94
Outros acionistas	16.671.439	22,69	54.433.007	39,04	71.104.446	33,40
Total do capital social	73.478.111	100,00	139.432.535	100,00	212.910.646	100,00

Energisa Mato Grosso - Distribuição do Capital Social - Após a oferta pública em 16/04/2018						
Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	15.983.765	21,75	68.783.059	49,33	84.766.824	39,81
Outros acionistas	4.314.308	5,87	1.049.250	0,75	5.363.558	2,52
Total do capital social	73.478.111	100,00	139.432.535	100,00	212.910.646	100,00

O desembolso, pela Companhia, pelas ações adquiridas na oferta pública totalizou R\$ 566,2 milhões, não considerando nesse montante as taxas, emolumentos e comissões aplicáveis.

4º Ciclo de Revisão Tarifária da ESE, EMS e EMT

Conforme “Comunicados ao Mercado” divulgados em 3 e 18 de abril de 2018, a Aneel homologou o 4º Ciclo de Revisão tarifária da EMT, EMS e ESE, conforme segue:

(i) Aumentos tarifários:

Nível de Tensão	Efeito para o Consumidor da EMT (%)	Efeito para o Consumidor da EMS (%)	Efeito para o Consumidor da ESE (%)
Baixa Tensão	+ 13,98	+ 10,65	+ 9,85
Alta e Média Tensão	+ 5,94	+7,91	+ 13,92
Efeito Médio	+ 11,53	+ 9,87	+ 11,30

(ii) Bases de Remuneração:

Base de Remuneração Regulatória (R\$ milhões)	EMT	EMS	ESE
Bruta	5.186,9	3.051,3	1.294,5
Líquida	3.459,8	1.864,5	797,3

Comentário do Desempenho

Oferta Pública para Aquisição de Controle da Eletropaulo

Em 5 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Energisa S.A. (“Energisa” ou “Companhia”) aprovou a realização de oferta pública voluntária para aquisição do controle da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Oferta” e “Eletropaulo”), ao preço de R\$ 19,38 por ação e que implicaria em um desembolso máximo de R\$ 3,243 bilhões, além do compromisso firme de aportar R\$ 1,0 bilhão na Eletropaulo, caso a Oferta fosse bem-sucedida.

Conforme os fatos relevantes divulgados em 16, 17 e 19 de abril de 2018, a Energisa acompanhou os desdobramentos no mercado, em especial as ofertas concorrentes e, por prudência na alocação de capital, manteve as hipóteses de modificação ou revogação da Oferta, bem como o preço ofertado (R\$19,38 por ação ordinária da Eletropaulo).

Em 4 de maio de 2018, tendo em vista a não obtenção das renúncias (waiver das dívidas da Eletropaulo), uma das condições para revogação da Oferta, a Energisa comunicou ao mercado sua decisão de revogar a Oferta, em todos os seus termos e condições.

8. Demonstração dos resultados consolidados

Demonstração de Resultados Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T18	1T17	Var. %
Receita Bruta	5.410,4	4.690,4	+ 15,4
Deduções	(1.738,3)	(1.628,4)	+ 6,7
Receita Líquida	3.672,1	3.062,0	+ 19,9
Receitas de construção	236,2	287,9	- 18,0
Receita líquida, sem receitas de construção	3.435,9	2.774,1	+ 23,9
Custos de construção	235,6	287,9	- 18,2
Despesas Não Controláveis	(2.204,5)	(1.767,3)	+ 24,7
Energia Comprada	(1.947,1)	(1.629,9)	+ 19,5
Transporte de Potência Elétrica	(257,4)	(137,4)	+ 87,3
Despesas Controláveis	(487,2)	(490,7)	- 0,7
PMSO	(466,6)	(447,8)	+ 4,2
<i>Pessoal</i>	(224,6)	(214,8)	+ 4,6
<i>Fundo de Pensão</i>	(18,5)	(19,5)	- 5,1
<i>Material</i>	(36,3)	(31,4)	+ 15,6
<i>Serviços</i>	(146,8)	(139,3)	+ 5,4
<i>Outros</i>	(40,4)	(42,8)	- 5,6
Provisões/Reversões	(20,6)	(42,9)	- 52,0
<i>Provisão para Contingências</i>	10,3	(15,3)	-
<i>Provisão para Devedores Duvidosos</i>	(30,9)	(27,6)	+ 12,0
Depreciação e Amortização	(216,6)	(189,1)	+ 14,5
Outras Receitas/Despesas	(22,4)	15,0	-
EBITDA, sem venda de ativos	722,4	531,0	+ 36,0
Resultado Financeiro	(270,2)	(152,0)	+ 77,8
<i>Receita Financeira</i>	114,1	155,5	- 26,6
<i>Despesa Financeira</i>	(384,3)	(307,5)	+ 25,0
Equivalência Patrimonial	-	-	-
Resultados antes dos tributos	235,6	189,9	+ 24,1
Tributos	(93,3)	(59,0)	+ 58,1
Resultado Líquido	142,3	130,9	+ 8,7
Atribuído aos acionistas controladores	131,0	119,8	+ 9,3
Atribuído aos acionistas não controladores	11,3	11,1	+ 1,8
EBITDA Ajustado, sem venda de ativos	783,3	577,1	+ 35,7

Nota: EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

Comentário do Desempenho

9. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total auditores Ernst & Yuong Auditores Independentes S.S. pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no primeiro trimestre de 2018 foi de R\$ 1,6 milhão. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa S/A

Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Minas Gerais	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	São Paulo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa	21/03/2001	21/03/2031

Transmissão de energia elétrica (Pré-operacionais)	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047

Geração (projetos)	Usina	Localidade	Data da outorga de autorização	Data de vencimento da outorga
Complexo Parque Eólico Sobradinho:				
EOL Alecrim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Mandacarú	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Boa Esperança	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Rio de Janeiro	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Notas Explicativas

As controladas EMG, ENF, ESS^(*), tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

(*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB e EDEVP, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

O novo aditivo exigiu das controladas atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão das controladas até 2045, o direito de imobilização a receber registrado como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida, limitado ao novo prazo de concessão.

Para o período findo em 31 de março de 2018, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos de concessão (distribuição, geração e transmissão), contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da

Notas Explicativas

concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”), Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”), Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEV”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ) e Minas Gerais (MG), além de projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 usinas termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I - Operar Usina termelétrica;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de dois lotes do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), adquirindo as concessões das linhas de Goiás (lote 3) e do Pará (lote 26), em um investimento total de R\$625.085 o prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é agosto de 2021 e a do Pará, em fevereiro de 2022, tendo sido protocolado os estudos juntos aos órgãos competentes dos Estados referente ao licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar os prazos.

Notas Explicativas

Lote 3 - composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra esta decisão alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 31 de março de 2018 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	155.357	261.574	47.751	464.682
(+) Atualização (1)	11.481	29.941	3.485	44.907
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	17.857	2.821	3.992	24.670
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.456)	(21.885)	(961)	(27.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	180.239	272.451	54.267	506.957
(+) Atualização (1)	2.830	7.272	870	10.972
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	4.092	2.124	1.148	7.364
Saldos em 31 de março de 2018	187.161	281.847	56.285	525.293

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.

Notas Explicativas

- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas REDE, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.
- (3) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de março de 2018, foram liquidados diretamente pela Energisa cerca R\$27.302 (R\$4.456 dívida da controlada Rede Energia, R\$21.885 dívida da controlada Denerge S/A e R\$961 dívida da controlada indireta CTCE).

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 10 de maio de 2018 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

4. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2018	31/12/2017
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (1)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração de Energia S/A	Holding de instituição não financeira	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A (4)	Holding	99,97	99,97
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Góias Transmissora de Energia I S/A (1)	Transmissão de energia	100	100
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEVP	Holding	99,99	99,99
Rede Energia Participações S.A (2)	Holding	96,28	96,28
Rede Power do Brasil S/A	Holding	96,18	96,18
QMRA Participações S/A	Holding	96,18	96,18
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (2)	Distribuição de energia	95,60	66,60
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (2) (6)	Distribuição de energia	99,93	99,93
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	76,67	76,67
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	Serviços	100	100
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (5)	Distribuição de energia	98,99	98,99
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Companhias Abertas.

(3) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

(4) Empresa holding - detém o controle acionário das Companhias EEVP e Rede Energia Participações S/A que por sua vez controla, EMT, EMS, ETO, ESS, Multi Energisa Serviços S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Rede Power do Brasil S/A e QMRA Participações S/A.

(5) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A, da EBB, EDEVP, CNEE e CFLO.

(6) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A. e possui 35,92% de participação na EMS.

Notas Explicativas

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2018					Total
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	
Receitas Externas	3.459.685	84	7.239	207.323	6.616	3.680.947
Receitas Intersegmentos	4.938	-	-	-	63.693	68.631
Total	3.464.623	84	7.239	207.323	70.309	3.749.578
Receitas Financeiras	110.476	1	-	522	52.100	163.099
Despesas Financeiras	(219.983)	(1)	(6)	(1.224)	(212.044)	(433.258)
Total	(109.507)	-	(6)	(702)	(159.944)	(270.159)
Depreciação e amortização	207.395	13	4	9	9.188	216.609
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	398.080	11	(49)	(28)	(162.393)	235.621

	31/03/2017					Total
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total	
Receitas Externas	2.911.517	77	141.264	9.133	3.061.991	
Receitas Intersegmentos	-	-	-	43.862	43.862	
Total	2.911.517	77	141.264	52.995	3.105.853	
Receitas Financeiras	123.356	3	569	67.734	191.662	
Despesas Financeiras	(234.746)	(8)	(1.129)	(107.768)	(343.651)	
Total	(111.390)	(5)	(560)	(40.034)	(151.989)	
Depreciação e amortização	180.823	8	7	8.285	189.123	
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	238.092	(16)	4.991	(53.211)	189.856	

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	31/03/2018	31/12/2017
Ativos dos segmentos divulgáveis	20.152.898	5.342	24.904	147.105	2.995.856	23.326.105	23.393.801
Ativo circulante	6.491.934	420	131	141.188	567.087	7.200.760	7.213.366
Ativo não circulante	13.660.964	4.922	24.773	5.917	2.428.769	16.125.345	16.180.435
Passivos dos segmentos divulgáveis	13.437.801	43	2.991	129.296	5.466.981	19.037.112	18.609.279
Passivo circulante	5.050.092	36	1.036	124.389	1.056.978	6.232.531	5.860.077
Passivo não circulante	8.387.709	7	1.955	4.907	4.410.003	12.804.581	12.749.202

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2018	31/03/2017
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	3.749.578	3.105.853
Eliminação de receitas intersegmentos	(77.523)	(43.862)
Receita líquida consolidada	3.672.055	3.061.991
788		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	216.609	189.123
Depreciação e amortização consolidada	216.609	189.123
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	163.099	191.662
Eliminação de receitas intersegmentos	(49.055)	(40.126)
Receita financeira consolidada	114.044	151.536
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(433.258)	(343.651)
Eliminação de despesa intersegmentos	49.055	40.126
Despesa financeira consolidada	(384.203)	(303.525)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	235.621	189.857
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	235.621	189.857
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	23.326.105	23.393.801
Outros valores não alocados	(1.382.059)	(1.345.338)
Total Ativo consolidado	21.944.046	22.048.463
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	19.037.112	18.609.279
Outros valores não alocados	(1.382.059)	(1.345.445)
Total passivo consolidado	17.655.053	17.263.834

Notas Explicativas

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por CDBs, Operações Compromissadas e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2018 equivale a 96,6% do CDI (95,4% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários à vista	938	522	102.552	87.119
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	92.867	133.884	842.844	834.362
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	914	75.569	63.800
Compromissada	92.867	132.970	767.275	770.562
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	93.805	134.406	945.396	921.481

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2018 equivale a 104,4% do CDI (107,89% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	1.402.152	1.910.911	1.264.650	1.887.061
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.082	16.263	31.378	24.498
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	6.071	10.041
Compromissada ⁽²⁾	32	28	16.380	14.599
Debêntures ⁽³⁾	1.274.544	1.479.608	-	229.708
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	27.831	104.123	422.041	571.385
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	67.355	291.581	685.637	915.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.877	6.201	15.480	15.238
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	682	2.301	5.623	5.656
Debêntures	20.165	66.358	166.296	163.054
Compromissadas	1.208	6.309	9.961	15.503
Títulos públicos	8.948	1.186	73.792	18.616
Fundo de Renda Fixa	11.251	95.233	92.782	234.003
Letra financeira do Tesouro (LFT)	1.704	31.411	38.648	101.452
Letra financeira (LF)	18.843	81.406	227.478	359.281
Letra financeira subordinada (LFS)	356	1.176	2.936	2.890
Letra Financeira (LTN)	2.321	-	52.641	-
Títulos CCBs ⁽⁶⁾	75.097	75.114	75.097	75.114
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁶⁾	(55.789)	(55.806)	(55.789)	(55.806)
Outros instrumentos	-	-	302	302
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	83.533	101.527
2) Mantidas até o vencimento	-	-	10.204	9.729
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	10.204	9.729
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁸⁾	1.402.152	1.910.911	1.274.854	1.896.790
Circulante	146.934	660.798	1.156.928	1.758.953
Não Circulante	1.255.218	1.250.113	117.926	137.837

⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e média ponderada 99,1% do CDI;

Notas Explicativas

⁽²⁾ Operações compromissadas - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 50,0% a 102,5% e média ponderada 92,0% do CDI e estão lastreadas em debêntures.

⁽³⁾ Debêntures (partes relacionadas) - (i) inclui debêntures que são títulos de créditos privados de emissão da controlada indireta EMT no montante de R\$229.708 em 31 de dezembro de 2017, liquidado em 16 de janeiro de 2018.

(ii) em 19 de julho de 2017 as controladas emitiram debêntures correspondentes a 2ª emissão, todas de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas em 19 de julho de 2017, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie.

(iii) em 31 de outubro de 2017 as controladas emitiram debêntures em moeda corrente com vencimento em 15/08/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4485% ao ano para a 1ª Série, com vencimento 15/08/2024 e remuneração de IPCA mais 4.7110% ao ano para a 2ª Série, com vencimento 15/08/2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano para a 3ª Série e com vencimento 15/08/2022 e remuneração de 107,75% do CDI para a 4ª Serie.

Os recursos capitados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

A totalidade da emissão das debêntures adquiridas pela controladora Energisa, resultando em 31 de março de 2018 no montante de R\$1.274.544 (R\$1.249.900 em 31 de dezembro de 2017), conforme segue:

Controladas	Emissão em 19/07/2017	Emissão em 31/10/2017	Total (*)
ESE	18.847	100.940	119.787
EMG	16.947	51.501	68.448
EMT	165.359	149.353	314.712
EPB	30.640	164.803	195.443
ESS	86.922	121.542	208.464
EMS	-	152.443	152.443
ETO	80.314	134.933	215.247
Total	399.029	875.515	1.274.544

(*) O montante de R\$1.274.544 foi eliminado no consolidado.

⁽⁴⁾ Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 70,8% a 238,2% e média ponderada de 105,3% do CDI;

⁽⁵⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDBs, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Credito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 98,2% do CDI Fundo FI Energisa e 108,7% do CDI Fundo Zona da Mata;

⁽⁶⁾ Títulos CCB's - a Companhia detém títulos mobiliários emitidos ou por cujo pagamento é responsável empresa não ligada que requereu recuperação judicial. Como o Plano de Recuperação Judicial somente foi aprovado em abril de 2017, e de forma conservadora, foi constituída provisão de desvalorização dos Créditos da ordem de R\$55.789 (R\$55.806 em 31 de dezembro de 2017). No período findo de 31 de março de 2018 foram revertidas R\$17 da provisão correspondente ao recebimento de parte do valor, tendo sido contabilizado em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período;

⁽⁷⁾ Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020, respectivamente; e

⁽⁸⁾ Inclui R\$13.139 (R\$16.340 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$228.328 (R\$194.770 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

Notas Explicativas

7. Clientes, consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos			Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa ⁽⁷⁾			
	31/03/2018	31/12/2017	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		há mais de 360 dias	31/03/2018	31/12/2017
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	263.541	6	297.977	42.067	8.385	3.678	(54.130)	561.524	564.936
Industrial	-	-	128.325	-	24.141	3.114	3.812	24.193	(24.193)	159.392	168.908
Comercial	-	-	213.098	-	69.651	10.297	9.029	15.575	(24.604)	293.046	299.762
Rural	-	-	73.346	-	38.101	9.297	1.742	1.244	(1.244)	122.486	125.111
Poder público	-	-	70.627	-	20.128	2.161	1.633	8.923	(8.923)	94.549	94.168
Iluminação pública	-	-	23.347	-	13.011	1.165	369	2.961	(2.961)	37.892	34.771
Serviço público	-	-	35.961	-	5.007	2.306	4.628	92.948	(92.948)	47.902	53.091
Serviço taxado	-	-	324	1	459	172	31	20	(20)	987	1.047
Fornecimento não faturado	-	-	559.971	-	-	-	-	-	-	559.971	478.111
Arrecadação Processo Classificação	-	-	59.840	-	-	-	-	-	-	59.840	71.711
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	16.663	34.102	10.864	4.254	4.629	36.490	(55.480)	51.522	48.563
Industrial	-	-	5.787	12.990	2.199	2.501	1.999	16.289	(24.616)	17.149	18.104
Comercial	-	-	10.463	60.405	4.034	1.633	3.382	13.638	(22.894)	70.661	61.833
Rural	-	-	4.792	11.686	2.094	656	578	2.978	(6.685)	16.099	10.691
Poder público ⁽²⁾	-	-	15.515	239.929	5.890	558	663	53.403	(25.838)	290.120	289.591
Iluminação pública	-	-	1.812	18.888	391	-	15	278	(278)	21.106	22.623
Serviço público	-	-	730	4.167	90	172	70	545	(1.156)	4.618	6.098
Serviço taxado	-	-	25	52	21	9	-	-	-	107	115
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(1.143)	(53.918)	-	-	-	-	-	(55.061)	(61.183)
Subtotal-clientes	-	-	1.483.024	328.308	494.058	80.362	40.965	273.163	(345.970)	2.353.910	2.288.051
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽⁴⁾	-	-	122.576	-	61.995	-	-	34.589	(2.770)	216.390	122.456
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	3.698	-	-	-	-	-	-	3.698	3.786
Serviços Especializados ⁽⁸⁾	52.928	34.280	10.337	-	-	-	-	-	(2.406)	7.931	11.328
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁶⁾	-	-	124.239	787	40.150	4.375	21.970	139.266	(20.982)	309.805	281.199
Total	52.928	34.280	1.756.075	329.095	596.203	84.737	62.935	447.018	(372.128)	2.903.935	2.719.021
Circulante	52.928	34.280	-	-	-	-	-	-	-	2.418.799	2.246.232
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485.136	472.789

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 entre a controlada EMT, a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante de R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que esta sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada indireta EMT, reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída no mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$13.228 em 31 de dezembro de 2017 contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,60% a.a.

Notas Explicativas

A controlada Energisa SE celebrou em 19 de dezembro de 2017 acordo judicial com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), contas de energia elétrica referente ao período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R\$13.369 (valores históricos) vencidas a partir de dezembro/1997. O acordo prevê que a dívida ora renegociada é de R\$100.000, que serão recebidas em duas parcelas de igual valor com vencimentos em dezembro de 2019 e 2020. Sobre os valores incidirão juros com aplicação das variações da taxa Selic.

Em 31 de março de 2018 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$103.138 (R\$101.138 em 31 de dezembro de 2017). Sobre esses créditos foi constituída provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$17.749 (R\$19.527 em 31 de dezembro de 2017), contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,60 a.a. (6,99% a.a. em 31 de dezembro de 2017). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimento energia - moeda nacional no consolidado, em 31 de março de 2018, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE no montante de R\$219.160 (R\$125.226 em 31 de dezembro de 2017). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante (nota explicativa nº 20), no montante de R\$309.750 (R\$298.133 em 31 de dezembro de 2017), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstrado a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Saldos a vencer	122.576	89.825
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 ^(a)	34.589	34.589
Créditos vencidos ^(b)	61.995	812
Sub-total créditos CCEE ^(*)	219.160	125.226
(-) Aquisição de energia na CCEE	(291.897)	(286.417)
(-) Encargos de serviços do sistema	(17.853)	(11.716)
Total (débitos) créditos CCEE	(90.590)	(172.907)

(*) O sub-total de R\$219.160 (R\$125.226 em 31 de dezembro de 2017) não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.770 (R\$2.770 em 31 de dezembro de 2017).

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Créditos vencidos:

CCEE - R\$61.995 (R\$812 em 31 de dezembro de 2017)

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada indireta EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2017), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.
- (6) ICMS - as controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$177.624 (R\$162.134 em 31 de dezembro de 2017), registrado no ativo não circulante, referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas

Notas Explicativas

suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL e práticas adotadas pela Companhia, a seguir resumidas:

Instruções da Aneel

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

Práticas da Companhia

- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas há mais de 90 dias - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, e e ESS avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial - circulante -31/12/2017 e 31/12/2016	388.025	353.151
Provisões constituídas no período/exercício	30.860	110.248
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(31.212)	(75.374)
Saldo final - circulante -31/03/2018 e 31/12/2017	387.673	388.025
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	372.128	373.973
Títulos de créditos a receber	3.609	2.387
Outros créditos	11.936	11.665

- (8) O saldo da conta de Serviços especializados na controladora, inclui valores referentes à Serviços prestados a Centrais Elétricas de Rondônia no montante de R\$48 (R\$304 em 31 de dezembro 2017) e R\$52.880 (R\$33.976 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a transações com partes relacionadas (vide nota explicativa 14).

8. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (a)	-	-	20.250	21.042
Títulos de créditos a receber (b)	3.048	3.048	49.826	49.286
Ajuste a valor presente (a e b)	-	-	(23.832)	(24.095)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.609)	(2.387)
	3.048	3.048	42.635	43.846
Circulante	1.167	1.167	19.908	19.940
Não circulante	1.881	1.881	22.727	23.906

(a) Títulos precatórios - controlada EMT:

Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebido 21 parcelas, restando 44 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183.

(b) Títulos de créditos a receber:

Controladora:

. Em 31 de março de 2018 a Energisa S/A, possui R\$3.048 (R\$3.048 em 31 de dezembro de 2017) de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI.

Notas Explicativas

Consolidado:

. A controlada indireta ESS, adquiriu em 2003, R\$51.041 (R\$49.619 em 31 de dezembro de 2017) créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2017) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2017).

. A controlada indireta ETO no 1º trimestre de 2018 registra o montante de R\$14.579 (R\$15.208 em 31 de dezembro de 2017), cujo detalhamento dos títulos abaixo é como segue:

- (1) R\$11.230 (R\$11.859 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	31/03/2018	31/12/2017
ARAGUAINA	691	1.427
ARAGUATINS	456	541
PALMEIRÓPOLIS	18	97
PARAÍSO	3.269	3.478
SILVANÓPOLIS	187	186
TAGUATINGA	5.387	6.130
DIVINÓPOLIS	442	-
MIRANORTE	129	-
PORTO NACIONAL	651	-
Total	11.230	11.859

- (2) R\$3.349 - inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO.

- (3) R\$2.558 (R\$2.811 em 31 de dezembro de 2017), outros títulos a receber junto a terceiros, pelas controladas CTCE, EPB, EMG, EMT e Dinâmica.

A Administração constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$650 (R\$751 em 31 de dezembro de 2017) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Em 31 de março de 2018, os vencimentos dos títulos de créditos são:

Títulos vencidos	Controladora	Consolidado(*)
	31/03/2018	31/03/2018
Vencidos	-	9.615
2018	610	11.586
2019	1.219	10.036
2020	1.219	8.722
2021 em diante	-	6.285
Total	3.048	46.244

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Dividendos a receber	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	1.525	1.525
Rede Energia Participações S/A	7.809	7.809
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	5.954	5.954
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	1.289	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	4.237
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	-	298
Dinâmica Direitos Creditórios	10	10
Total - Ativo Circulante	16.587	21.122

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	211.313	206.363
Imposto de renda retido fonte - IRRF	16.800	14.180	20.358	17.105
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	53.232	53.217	360.768	350.673
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	4.154	4.043	86.800	85.406
Contribuições ao PIS e a COFINS	735	880	98.470	104.033
Outros	3	52	36.995	35.670
	74.924	72.372	814.704	799.250
Circulante	38.815	29.502	591.171	575.826
Não circulante	36.109	42.870	223.533	223.424

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Notas Explicativas

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	2,13%	12/07/2017
CFLO (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-0,60%	12/07/2017
CNEE (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	5,52%	12/07/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-1,46%	12/07/2017
EEB (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-10,32%	12/07/2017
EMG	Resolução 2.254, de 13/06/2017	0,76%	22/06/2017
EBO	Resolução 2.367, de 30/01/2018	18,21%	04/02/2018
EMS	Resolução 2.215, de 04/04/2017	-1,92%	08/04/2017
EMT	Resolução 2.216, de 04/04/2017	-2,10%	08/04/2017
ENF	Resolução 2.253, de 13/06/2017	-4,32%	22/06/2017
EPB	Resolução 2.126, de 23/08/2016	5,13%	28/08/2016
ETO	Resolução 2.262, de 27/06/2017	6,02%	04/07/2017
ESE	Resolução 2.224, de 18/04/2017	9,29%	22/04/2017

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”), incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de Junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF e ESS (*).

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS (**)	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013
EMT (**)	Resolução 1.506, de 05/04/2013	-0,04%	08/04/2013
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE (**)	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”), incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de Junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

(**) Em abril de 2018 as controladas direta e indireta ESE, EMT e EMS passaram pela sua quarta revisão tarifária (vide nota explicativa nº 37).

11.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

Notas Explicativas

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória n° 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP n° 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2018 e 2017 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2018	2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela

11.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Notas Explicativas

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Nos últimos exercícios, o grupo Energisa emvidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o primeiro trimestre de 2018 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), assim como ocorrido no exercício de 2017.

No período findo em 31 de março de 2018 as controladas calcularam os efeitos da sobrecontratação e não apuraram valores a repassar aos consumidores, mantendo um ativo financeiro setorial consolidado líquido de R\$4.495 a serem reconhecidos nas tarifas a partir do próximo reajuste tarifário.

12. Ativo e Passivo Financeiro Setorial - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2017	Receita Operacional		Resultado financeiro	Saldo em 31/03/2018
		Adição	Amortização		
Itens da Parcela A (i)					
Energia elétrica comprada para revenda	718.106	209.976	(11.299)	6.908	923.691
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(3.270)	2.743	1.748	12	1.233
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	18.723	22.936	(6.420)	370	35.609
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	905	2.910	(723)	3	3.095
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(538.066)	(43.359)	57.504	(7.630)	(531.551)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(164.368)	18.237	40.275	(1.377)	(107.233)
Componentes financeiros					
Neutralidade da Parcela A (iv)	(20.845)	(19.762)	(13.258)	(950)	(54.815)
Sobrecontratação de energia (ii)	341	(15.892)	(19.919)	(2.228)	(37.698)
Devoluções Tarifárias (viii)	(40.749)	(22.767)	813	(841)	(63.544)
CUSD	10.414	2.886	(1.431)	118	11.987
Exposição de submercados	51.933	31.078	13.556	1.161	97.728
Garantias Financeiras (v)	4.229	1.418	(1.088)	74	4.633
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	18.364	(20.789)	(935)	(13.089)	(16.449)
Outros itens financeiros (vii)	29.244	(50.177)	3.568	(4)	(17.369)
Total Ativo e Passivo	84.961	119.438	62.391	(17.473)	249.317
Ativo Circulante	729.368				1.110.317
Ativo Não Circulante	384.656				178.022
Passivo Circulante	(714.923)				(871.065)
Passivo Não Circulante	(314.140)				(167.957)

Notas Explicativas

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

Em março de 2018 as controlada direta ESE e as indiretas EMT e EMS reconheceram na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$49.686 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL, que serão devolvidos aos consumidores a partir de abril de 2018.

(viii) Devoluções Tarifárias

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), atualizadas mensalmente com aplicação da variação do IPCA/SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP).

Notas Explicativas

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	46.855	58.657
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	118.126	141.889
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	13.409	10.048
Ordens de desativação em curso	-	-	2.315	10.284
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.402	1.368
Adiantamentos a fornecedores e empregados	190	465	29.283	32.064
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	146.800	179.251
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	77.284	76.357
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(28.455)	(28.629)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	28.858	30.439
Padrão de baixa renda	-	-	3.327	3.357
Plano de Universalização	-	-	522	836
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	4.858	7.766	53.942	50.485
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	43.965	47.138
Ressarcimento Recursos - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	49.686	-
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	65.672	75.696
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	(40.000)	(40.000)
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	17.724	14.363
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	26.546	26.546
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	55.014	54.652
Outros ⁽¹⁾	21.267	22.240	45.850	60.466
Total	88.335	92.491	830.512	877.654
Circulante	26.313	30.468	665.156	702.103
Não circulante	62.022	62.023	165.356	175.551

(*) Inclui, na controladora R\$1.898 (R\$1.062 em 31 de dezembro de 2017) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$11.936 (R\$11.665 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(1) Subvenção Baixa renda - consolidado

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se as provisões de fevereiro e março/2018. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2017	4.310	299	11.346	10.964	2.326	12.524	6.831	5.973	4.084	58.657
Subvenção baixa renda	4.474	422	12.169	21.982	2.272	11.726	8.634	8.851	4.394	74.924
Ressarcimento Eletrobrás	(4.478)	(291)	(15.333)	(23.854)	(3.046)	(16.538)	(9.716)	(8.996)	(4.474)	(86.726)
Saldos consolidados em 31/03/2018	4.306	430	8.182	9.092	1.552	7.712	5.749	5.828	4.004	46.855

Notas Explicativas

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário - consolidado

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de fevereiro e março de 2018, que serão compensados /ressarcidos no segundo trimestre de 2018.

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2017	16.203	747	3.466	19.155	3.998	74.710	11.797	27.836	21.339	179.251
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	14.571	612	11.172	20.893	2.093	59.138	14.024	33.933	22.925	179.361
Ressarcimento pela Eletrobrás	(14.504)	(376)	(14.931)	(20.141)	(4.416)	(84.848)	(15.847)	(32.656)	(24.093)	(211.812)
Saldos consolidados em 31/03/2018	16.270	983	(293)	19.907	1.675	49.000	9.974	29.113	20.171	146.800

As controladas EMG, ENF, ESS e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, durante até março de 2018, foram compensados e ressarcidos R\$69.345 referente à Subvenção CDE e R\$16.967 referente subvenção Baixa Renda.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, ESS e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia Participações S.A. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de um adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, ESS e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Créditos que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante serão pagos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$28.455 (R\$28.629 em 31 de dezembro de 2017).

(5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015, R\$3.311 em 2016, R\$2.201 em 2017 e R\$870 até março de 2018, totalizando R\$10.708. O saldo remanescente é de R\$21.546.
- Sistema de Transmissão Rondolândia, energizado em 11 de dezembro de 2016, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.613, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.894 de 21 de junho de 2016. Em 2017 foram recebidos R\$1.403, em 2018 R\$525, totalizando R\$1.928 e o saldo remanescente é de R\$2.685.
- Sistema de Transmissão Paranorte, energizado em 22 de agosto de 2017, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.915, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.174 de 31 de janeiro de 2017. Foram recebidos R\$102 em 2017 e R\$186 até março de 2018. O saldo remanescente de R\$4.627 a administração estima receber nos próximos 137 meses.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e conseqüente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					31/03/2018	31/12/2017
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	52.006	32.254	10.708	21.546	22.416
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	1.928	2.685	3.210
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	288	4.627	4.813
Total		68.906	41.782	12.924	28.858	30.439
Circulante (Principal)					4.574	5.321
Não Circulante (Principal)					24.284	25.118

(6) Conta a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora.

(7) Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A

A controlada Energisa TO reconheceu no exercício de 2016 créditos a receber no montante R\$26.546, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato N° ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial - não circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	35.696	89.354
Amortização realizada no período/ exercício	(10.024)	(35.107)
Atualização monetária - IGPM	-	1.121
Saldo anterior a provisão	25.672	55.368
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	(19.672)
Saldo final - não circulante - 31/03/2018 31/12/2017	25.672	35.696

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semaforica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à Companhia e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;

Notas Explicativas

- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A Companhia executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A Companhia encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da Companhia, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de março de 2018 de R\$40.578 (R\$50.602 em 31 de dezembro de 2017), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015, 2016 e 2017, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações da emissão da ETO.

A partir de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o contrato em face de estar em processo de negociação com o Estado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 foi homologado a distribuição de dividendos da ordem de R\$7.498 para o Estado de Tocantins utilizados para abater parte do saldo devedor do Contrato Reluz.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2017 e 09 de agosto de 2017 foi aprovado a distribuição de dividendos das reservas de lucros de períodos anteriores no montante de R\$15.831 e dos resultados apurados até 30 de junho de 2017 de R\$6.604 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2017 e 14 de março de 2018 foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$5.174 e R\$10.024 respectivamente destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

● Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$25.094 (R\$25.094 em 31 de dezembro de 2017). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.306, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo novamente o comitê sendo que em 6 de novembro de 2017 fez publicar o Decreto nº 5.734 reinstituindo o comitê com o objetivo de examinar os contratos ativos, apresentando relatórios conclusivos no prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, confirmado através do Ofício nº 115/2018/SEFAZ/GASEC, de 29 de janeiro de 2018.

Diante dos novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido a permanência do Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins em 2017 e recalculou o efeito a valor presente resultando em um incremento de provisão de mais R\$19.672, passando a montar em R\$40.000, para melhor refletir a expectativa de realização de créditos, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado daquele período.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC

A Controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC de R\$55.014 (R\$54.652 em 31 de dezembro 2017). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

Notas Explicativas

(11) Adiantamentos - INERGUS

Refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Ressarcimento Recursos - Lei 12.111/2009

Em março de 2018, a controlada direta ESE e as indiretas EMT e EMS reconheceram na rubrica de Outros créditos o montante de R\$49.686, referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL, os quais foram recebidos em abril de 2018 e que serão devolvidos aos consumidores a partir do próprio mês.

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (66,13% do capital votante) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante). Esta última, é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital votante) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	31/03/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - serviços especializados	52.880	-	49.627	-
Outros Créditos - outros - Comissão de aval	1.898	-	1.979	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.274.544	-	1.249.900	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A (1)	18.638	-	18.281	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.628	-	2.523	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	28.062	-	27.583
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (3)	112.401	-	108.704	-
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	25.325	-	24.673	-
. QMRA Participações S/A (1)	-	79.750	-	78.459
. Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) (3) e (4)	235.552	-	263.334	-
Total - não circulante	394.544	107.812	417.515	106.042
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	15	-	15	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	1.104	-	782	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	127	-	127	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	13	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	13	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	13	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	12	-	12	-
. Energisa Geração Energia S/A	10	-	8	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	10.471	-	9.304	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	12.363	-	6.627	-
Total	24.141	-	16.911	-
	1.748.007	107.812	1.735.932	106.042

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,6754 a.a (CDI + 0,9663 a.a em 31 de dezembro de 2017), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

(2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outros encargos, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.

Notas Explicativas

- (3) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.
- (4) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
. Rede Energia Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2018
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ⁽²⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C") - ⁽³⁾	1% a.a*	11/04/2036
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C")	1% a.a*	13/02/2036
. QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C" - ^(3 e 4)	1% a.a*	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽²⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	05/05/2019
. Multi Energisa Serviços S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/08/2019

* Taxa efetiva 15,19%

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos-prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (6)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	2.521	3.660	2.749	68.818
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	6.286	8.577	22.587	195.546
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	3.645	7.335	7.131	120.295
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	1.163	305	6.409	102
. Energisa Soluções S/A	506	373	637	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	505	319	538	37
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	9.731	16.722	10.281	315.295
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	4.815	4.757	5.959	152.444
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	4.024	9.355	4.783	215.442
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A (5)	5.533	8.879	6.388	208.463
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	268	-	254	-
. QMRA Participações S/A	-	(947)	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	3.749	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	400	-	555	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	2	-	12	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aeroinspeção S/A	1	-	5	-
. Energisa Comercializadora de Energia S/A	186	-	283	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	-	(562)	-	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	-	-	2	-
. Gipar S/A (2)	-	(2.900)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	11.266	-	-
31/03/2018	39.586	70.888	68.573	1.276.442
31/12/2017	-	-	49.627	1.251.878
31/03/2017	15.642	14.539	-	-

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2017, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$11.587, registrados na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período de 31 de março de 2018 foram contabilizados R\$2.900 (R\$11.362 em 31 de dezembro de 2017) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 31 de março de 2018 é de R\$4.825 que será reconhecido até agosto de 2018.

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 31 de março de 2018 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato.

(4) Inclui o valor de R\$814 (R\$32.544 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e recompradas pela controlada em 15 de janeiro de 2018 e R\$11.942 em 31 de dezembro de 2017 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;

(5) Em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações societárias pela ESS da EBB, EDEVEP, CNEE e CFLO, (vide nota explicativa nº1).

(6) Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de março de 2018, o valor atualizado é de R\$1.274.542 (R\$1.249.902 em 31 de dezembro de 2017) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$68.448; EPB - R\$195.444; ESE - R\$119.787; EMT - R\$314.711; ETO - R\$215.247, ESS - R\$208.463 e EMS R\$152.442 (EMG R\$67.153; EPB - R\$191.856; ESE - R\$117.589; EMT - R\$308.208; ETO - R\$211.003, ESS - R\$204.298 e EMS R\$149.795).

Notas Explicativas

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2018 monta em R\$1.898 (R\$1.979 em 31 de dezembro de 2017).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração Anual ^(a)	7.809	4.732	73.975	70.684
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	249	222	1.018	1.208
Remuneração da Diretoria	380	26	4.263	3.579
Outros Benefícios ^(b)	85	12	2.104	1.940

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO de 24 de abril de 2018.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de março de 2018, foram de R\$118 e R\$1 na controladora e R\$186 e R\$2 no consolidado (R\$18 e R\$1 na controladora e R\$156 e R\$2 no consolidado em 31 de março de 2017), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2018 foi de R\$14 na controladora e R\$41 no consolidado (R\$7 na controladora e R\$39 no consolidado em 31 de março de 2017).

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo				
Prejuízos fiscais	143.533	143.533	435.243	438.182
Base negativa da contribuição social	51.672	51.672	170.218	173.317
Diferenças temporárias	-	-	797.770	788.537
Total - ativo não circulante	195.205	195.205	1.403.231	1.400.036

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	475	475	1.410.559	1.379.931
Contribuição Social	172	172	507.800	496.775
Total - passivo não circulante	647	647	1.918.359	1.876.706

Notas Explicativas

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	31/03/2018		31/12/2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	574.133	143.533	574.133	143.533
Base negativa da contribuição social	574.133	51.672	574.133	51.672
Outros exclusões (custo a apropriar da dívida e marcação a mercado)	(1.906)	(647)	(1.906)	(647)
Total	1.146.360	194.558	1.146.360	194.558
Total - Ativo Não Circulante	1.148.266	195.205	1.148.266	195.205
Total - Passivo Não Circulante	(1.906)	(647)	(1.906)	(647)

	Consolidado			
	31/03/2018		31/12/2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.740.970	435.243	1.752.729	438.182
Base negativa da contribuição social	1.891.316	170.218	1.925.744	173.317
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (PCLD e Daycoval)	608.960	207.046	610.525	207.579
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	476.580	162.037	469.730	159.708
Créditos fiscais - ágio (1)	284.302	96.663	290.586	98.799
Provisão ajuste atuarial	469.756	159.717	458.373	155.847
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	446.616	151.849	407.372	138.507
Outras adições temporárias	60.170	20.458	71.180	24.201
Ajustes a valor presente (3)	(2.680.439)	(911.349)	(2.680.627)	(911.413)
Intangível - mais valia (2)	(1.680.607)	(571.406)	(1.710.338)	(581.515)
IRPJ e CSLL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(769.601)	(261.664)	(644.026)	(218.969)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(161.779)	(55.005)	(170.303)	(57.903)
Deságio sobre investimento EMS	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Marcação a mercados - derivativos	(143.168)	(48.677)	(121.502)	(41.311)
Marcação a mercado da dívida	(13.349)	(4.539)	11.456	3.896
Outras exclusões temporárias	(4.884)	(1.661)	(4.519)	(1.537)
Total	336.436	(515.128)	477.973	(476.670)
Total - Ativo Não Circulante	5.978.670	1.403.231	5.997.695	1.400.036
Total - Passivo Não Circulante	(5.642.234)	(1.918.359)	(5.519.722)	(1.876.706)

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$96.663 (R\$98.799 em 31 de dezembro de 2017) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Refere-se ao Imposto de renda e Contribuição social incidentes sobre a parcela do contas a receber da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A) que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (3) Refere-se basicamente ao de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

Notas Explicativas

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Controladora	Consolidado
2018	-	19.820
2019	915	107.320
2020	11.129	117.710
2021	18.681	105.194
2022	20.950	102.009
2024 a 2027	143.530	951.178
Total	195.205	1.403.231

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	131.040	119.757
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(44.554)	(40.717)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	91.116	45.509
Créditos tributários - IR e CS não constituídos	(46.562)	(4.792)
Imposto de renda e contribuição social	-	-

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	235.621	189.857
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(80.111)	(64.551)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	41.820	21.926
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não constituídos	(53.121)	(11.755)
Outros	(1.912)	(4.623)
Imposto de renda e contribuição social	(93.324)	(59.003)

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$41.820 (R\$21.926 em 31 de março de 2017). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

16. Contas a receber da concessão - consolidado

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Notas Explicativas

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EMT, ESS (que em 30 de junho de 2017 incorporou EDEVP, EEB, CNEE e CFLO), ETO, e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, as controladas passaram a reconhecer a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental, na demonstração de resultado anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada de acordo com a revisão tarifária homologada pela ANEEL.

Assim a remuneração do contas a receber da concessão relativa ao período de três meses findos em 31 de março de 2018, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$132.716 (R\$18.437 em 31 de março de 2017).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldo 31/12/2017	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 31/03/2018
Energisa Minas Gerais (EMG)	15.782	40	-	157	15.979
Energisa Paraíba (EPB)	464.587	8.228	(585)	3.247	475.477
Energisa Sergipe (ESE)	396.701	672	(42)	(8.107)	389.224
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.149	7	-	23	3.179
Energisa Borborema (EBO)	55.615	948	(37)	387	56.913
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	27.006	(2.898)	98.341	1.949.789
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	18.893	(4.205)	5.864	918.095
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	(564)	(506)	31.987	735.530
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	191	(10)	287	39.452
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A (1)	9.565	3.256	-	286	13.107
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A (1)	6.787	4.065	-	244	11.096
	4.420.666	62.742	(8.283)	132.716	4.607.841

	Saldo 31/12/2016	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Ativo Financeiro Indenizável	Incorp oração	Saldo 31/12/2017
Energisa Minas Gerais (EMG)	12.075	3.356	(3)	354	-	-	15.782
Energisa Paraíba (EPB)	425.000	24.935	(5.299)	2.783	17.168	-	464.587
Energisa Sergipe (ESE)	345.783	21.494	(13)	29.437	-	-	396.701
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.046	33	(19)	89	-	-	3.149
Energisa Borborema (EBO)	47.949	5.573	(441)	846	1.688	-	55.615
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.640	433.949	(27.269)	93.020	-	-	1.827.340
Energisa Tocantins (ETO)	704.017	197.786	(26.217)	21.957	-	-	897.543
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	585.801	73.781	2.171	42.860	-	-	704.613
Energisa Sul Sudeste (ESS) (*)	12.572	4.580	-	739	-	21.093	38.984
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (*)	8.331	-	-	63	-	(8.394)	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (*)	5.854	3	-	37	-	(5.894)	-
Companhia Força e Luz do Oeste (*)	1.527	3	-	19	-	(1.549)	-
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (*)	5.203	-	-	53	-	(5.256)	-
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A (1)	-	9.413	-	152	-	-	9.565
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A (1)	-	6.668	-	119	-	-	6.787
	3.484.798	781.574	(57.090)	192.528	18.856	-	4.420.666

Notas Explicativas

- (1) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período em R\$7.321 (R\$16.081 em 31 de dezembro de 2017).
- (2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 e 11 de abril de 2018 através das notas técnicas nº 68/2018, nº 65/2018 e nº 86/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou a melhor estimativa para mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão gerando incremento nas controladas EMT R\$98.341, EMS R\$31.987 e um decréscimo da controlada ESE R\$8.107, respectivamente, contabilizado no período.
- (*) Incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Participação em controladas	4.935.167	4.194.291	-	-
Outros	9.979	9.979	49.215	49.177
Total	4.945.146	4.204.270	49.215	49.177

Notas Explicativas

Participação em controladas:

31/03/2018								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								172.662	2.571.434
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	858.986	582.104	276.882	12.045	12.045	276.882
Energisa Sergipe (SE)	100	196	400.475	2.059.225	1.670.146	389.079	27.970	27.970	389.079
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.394.933	1.592.828	802.105	77.461	77.461	802.105
Energisa Borborema (EBO)	100	293	78.159	326.546	201.933	124.613	8.050	8.050	124.613
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	204.794	118.579	86.215	3.213	3.213	86.215
Energisa Mato Grosso (EMT)	37,94	80.769	1.514.569	6.666.248	4.313.460	2.352.788	115.783	43.923	892.540
Geração								9	5.299
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.803	33	3.770	(18)	(18)	3.770
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.621	1.621	1.214	9	1.205	31	31	1.205
Energisa Geração Solar Coremas	100	989	989	319	-	319	(1)	(1)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	45	36	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	46	37	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	38	38	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	46	37	1	-	1	-	-	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	45	36	1	-	1	-	-	1
Transmissão								(39)	21.914
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	13.526	1.668	11.858	(12)	(12)	11.858
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	11.376	1.321	10.055	(26)	(26)	10.055
Energisa Energia I S/A	100	1	1	1	-	1	-	-	1
Energisa Energia II S/A	100	1	1	1	-	-	(1)	(1)	-
Comercialização								(21)	17.810
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	147.106	129.296	17.810	(21)	(21)	17.810
Prestação de Serviços								(1.535)	99.079
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	157.420	64.989	92.431	(1.335)	(1.335)	92.431
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	4.090	161	3.929	(540)	(540)	3.930
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	5.303	638	4.665	584	340	2.718
Holdings e demais companhias								96.914	2.047.416
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.892	13	1.879	(28)	(28)	1.879
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.681.962	562.552	1.119.410	64.100	64.084	1.119.138
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,57	608.412	2.777.404	4.274.469	1.141.044	3.133.425	111.137	32.858	926.399
Ágio pago na aquisição de controladas								(3.780)	172.215
Total								264.210	4.935.167

Notas Explicativas

31/12/2017								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	898.301	624.812	273.489	29.227	29.227	273.489
Energisa Sergipe (SE)	100	196	400.475	1.782.228	1.400.345	381.883	138.997	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.232.644	1.400.617	832.027	232.570	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	100	293	78.159	352.561	226.057	126.504	30.739	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	234.985	148.117	86.868	5.427	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT)	8,94	19.026	1.514.569	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)	(1.158)	199.901
Geração								(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.644	178	3.466	(117)	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.621	1.621	1.186	12	1.174	100	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	100	989	989	320	-	320	(16)	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	38	38	2	-	2	(6)	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Transmissão								(887)	15.047
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	9.934	1.123	8.811	(495)	(495)	8.811
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	7.025	789	6.236	(392)	(392)	6.236
Comercialização								17.544	17.831
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	151.758	133.927	17.831	17.544	17.544	17.831
Prestação de Serviços								2.706	101.507
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	159.795	66.028	93.767	2.025	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	4.842	372	4.470	(1.244)	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	58,3	1.686	4.109	7.202	1.587	5.615	2.045	1.925	3.271
Holdings e demais companhias								80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	-	-	-	-	(33)	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.919	12	1.907	41	41	1.907
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.635.495	552.308	1.083.187	44.520	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,56	608.344	2.777.404	4.182.729	1.160.441	3.022.288	140.251	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	175.995
Total								520.334	4.194.291

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2018
Distribuição de Energia Elétrica	1.900.672	531.661	117.055	-	(150.616)	172.662	2.571.434
Energisa Minas Gerais (EMG)	273.489	-	-	-	(8.652)	12.045	276.882
Energisa Sergipe (SE)	381.883	-	-	-	(20.774)	27.970	389.079
Energisa Paraíba (EPB)	832.027	-	-	-	(107.383)	77.461	802.105
Energisa Borborema (EBO)	126.504	-	-	-	(9.941)	8.050	124.613
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.868	-	-	-	(3.866)	3.213	86.215
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	199.901	531.661	117.055	-	-	43.923	892.540
Geração de Energia Elétrica	4.966	324	-	-	-	9	5.299
Parque Eólico Sobradinho	3.466	322	-	-	-	(18)	3.770
Energisa Geração Usina Maurício	1.174	-	-	-	-	31	1.205
Energisa Geração Solar Coremas	320	-	-	-	-	(1)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração de Energia S.A	2	2	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	-	-	-	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	-	-	-	-	-	1
Transmissora de Energia Elétrica	15.047	6.906	-	-	-	(39)	21.914
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	8.811	3.059	-	-	-	(12)	11.858
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	6.236	3.845	-	-	-	(26)	10.055
Energisa Energia I S/A	-	1	-	-	-	-	1
Energisa Energia II S/A	-	1	-	-	-	(1)	-
Comercialização de Energia Elétrica	17.831	-	-	-	-	(21)	17.810
Energisa Comercializadora	17.831	-	-	-	-	(21)	17.810
Prestação de Serviços	101.507	-	-	-	(893)	(1.535)	99.079
Energisa Soluções	93.766	-	-	-	-	(1.335)	92.431
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	4.470	-	-	-	-	(540)	3.930
Energisa Planejamento	3.271	-	-	-	(893)	340	2.718
Holdings e demais Companhias	1.978.273	319	(240)	(27.850)	-	96.914	2.047.416
Dinâmica Direitos Creditórios	1.907	-	-	-	-	(28)	1.879
Denerge S/A	1.082.924	1	(21)	(27.850)	-	64.084	1.119.138
Rede Energia Participações S.A.	893.442	318	(219)	-	-	32.858	926.399
Ágio pago na aquisição de controladas	175.995	-	-	-	-	(3.780)	172.215
Total	4.194.291	539.210	116.815	(27.850)	(151.509)	264.210	4.935.167

- (1) Refere-se a ganho apurado na aquisição de participação acionária minoritária em leilão de oferta pública de ações realizada em 16 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, tendo sido adquiridas 61.742.613 ações do capital social da controlada EMT pelo montante de R\$531.661 (R\$531.294 líquido de taxas, emolumentos, e comissões aplicáveis) resultando em um ganho de R\$117.055 registrado diretamente do patrimônio líquido na rubrica de transações com sócios. Adicionalmente, foram adquiridas ações da Denerge e Rede Energia no montante de R\$319, resultando em uma perda de R\$240 também reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 33, que no período montou em R\$27.850, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Distribuição de Energia Elétrica	1.727.766	-	458	-	-	(233.901)	(29.453)	435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	267.785	-	-	-	-	(22.241)	(1.282)	29.227	273.489
Energisa Sergipe (SE)	313.347	-	-	-	-	(50.241)	(20.220)	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	745.602	-	-	-	-	(138.632)	(7.513)	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	115.571	-	-	-	-	(19.806)	-	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	82.557	-	-	-	-	(1.289)	173	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT)	202.904	-	458	-	-	(1.692)	(611)	(1.158)	199.901
Geração de Energia Elétrica	4.075	978	-	-	-	-	-	(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	2.801	782	-	-	-	-	-	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	948	126	-	-	-	-	-	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	321	15	-	-	-	-	-	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	1	7	-	-	-	-	-	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Transmissora de Energia Elétrica	-	15.934	-	-	-	-	-	(887)	15.047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	9.306	-	-	-	-	-	(495)	8.811
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	6.628	-	-	-	-	-	(392)	6.236
Comercialização de Energia Elétrica	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Energisa Comercializadora	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Prestação de Serviços	84.461	14.831	2	-	-	(1.967)	1.474	2.706	101.507
Energisa Soluções	75.301	15.000	-	-	-	-	1.440	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	5.893	(179)	-	-	-	-	-	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	3.267	10	2	-	-	(1.967)	34	1.925	3.271
Holdings e demais Companhias	2.004.194	3.314	4.037	(89.453)	-	(13.940)	(10.253)	80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	(104)	-	-	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	1.760	12	-	-	104	(10)	-	41	1.907
Denerge S/A	1.141.347	-	3.425	(89.453)	-	(5.956)	(7.096)	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S.A.	860.950	3.302	612	-	-	(7.974)	(3.157)	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas	191.113	-	-	-	-	-	-	(15.118)	175.995
Total	4.016.090	35.057	4.497	(89.453)	-	(254.044)	(38.190)	520.334	4.194.291

(1) Ganho/perda em transações com controladas em 31 de dezembro de 2017, contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

(2) Refere-se à parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 33, que no exercício montou em R\$89.453, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no período findo em 31 de março de 2018, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

				Total	
	EMT	ETO	EMS	31/03/2018	31/12/2017
Amortização no período	(15.967)	(15.909)	(17.852)	(49.728)	(198.910)
IR e CSSL	5.429	5.409	6.070	16.908	67.630
Amortização Líquida de tributos	(10.538)	(10.500)	(11.782)	(32.820)	(131.280)

Notas Explicativas

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

31/03/2018					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,80	2.331.095	1.537.147	793.948	8.034
Energisa Mato Grosso	55,51	6.666.248	4.313.460	2.352.788	115.783
Energisa Mato Grosso do Sul	96,19	3.564.633	2.302.114	1.262.519	26.549
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,28	1.629.795	1.002.847	626.948	26.935
Multi Energisa Serviços S/A	96,26	43.269	29.985	13.284	1.556
QMRA Participações S.A.	96,25	81.412	50.700	30.712	660
Rede Power do Brasil S.A.	96,25	581.211	64.140	517.071	10.275
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,26	133.243	307.488	(174.245)	(2.239)
Vale Do Vacaria Açúcar e Álcool S/A	96,25	1.291	-	1.291	4

31/12/2017					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,80	2.241.115	1.412.235	828.880	39.811
Energisa Mato Grosso	55,51	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)
Energisa Mato Grosso do Sul	96,18	3.558.377	2.275.413	1.282.964	58.141
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,28	1.758.422	1.158.409	600.013	69.190
Multi Energisa Serviços S/A	96,26	40.621	28.894	11.727	4.348
QMRA Participações S.A.	96,25	79.923	49.870	30.053	3.902
Rede Power do Brasil S.A.	96,25	577.742	70.946	506.796	45.007
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,26	131.333	303.339	(172.006)	(5.372)
Vale Do Vacaria Açúcar e Álcool S/A	96,25	1.288	-	1.288	(127)

18. Imobilizado

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 31/03/2018
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	16	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,40%	23.766	-	622	-	24.388
Máquinas e equipamentos	14,21%	17.137	-	2.188	-	19.325
Veículos	14,29%	16.396	-	-	-	16.396
Móveis e utensílios	8,67%	15.142	-	14	-	15.156
Total do imobilizado em serviço		72.457	-	2.824	-	75.281
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(1.661)	-	(387)	(205)	(2.253)
Máquinas e equipamentos		(5.350)	-	-	(593)	(5.943)
Veículos		(8.576)	-	-	(312)	(8.888)
Móveis e utensílios		(12.756)	-	-	(108)	(12.864)
Total Depreciação acumulada		(28.343)	-	(387)	(1.218)	(29.948)
Subtotal Imobilizado		44.114	-	2.437	(1.218)	45.333
Imobilizado em curso		4.671	636	(2.437)	-	2.870
Total do Imobilizado		48.785	636	-	(1.218)	48.203

Notas Explicativas

	Controlada						Saldo 31/12/2017
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,33%	5.291	-	19.402	(927)	-	23.766
Máquinas e equipamentos	13,39%	8.977	-	8.160	-	-	17.137
Veículos	13,57%	8.450	-	7.946	-	-	16.396
Móveis e utensílios	6,95%	13.764	-	1.378	-	-	15.142
Total do imobilizado em serviço		36.498	-	36.886	(927)	-	72.457
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.333)	-	-	855	(183)	(1.661)
Máquinas e equipamentos		(4.023)	-	-	-	(1.327)	(5.350)
Veículos		(7.930)	-	-	-	(646)	(8.576)
Móveis e utensílios		(12.385)	-	-	-	(371)	(12.756)
Total Depreciação acumulada		(26.671)	-	-	855	(2.527)	(28.343)
Subtotal Imobilizado		9.827	-	36.886	(72)	(2.527)	44.114
Imobilizado em curso		8.505	33.052	(36.886)	-	-	4.671
Total do Imobilizado		18.332	33.052	-	(72)	(2.527)	48.785

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Consolidado		Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2018
			Adição	Transferências		
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	1.448	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	3,05%	2.792	-	-	-	2.792
Edificações e benfeitorias	3,27%	35.905	-	622	-	36.527
Máquinas e equipamentos	12,42%	176.775	-	9.387	-	186.162
Veículos	14,30%	64.341	-	-	-	64.341
Móveis e utensílios	6,49%	65.193	-	651	-	65.844
Total do Imobilizado em Serviço		346.454	-	10.660	-	357.114
Depreciação acumulada:						
Reservatório, Barragens e Adutoras		(818)	-	-	(6)	(824)
Edificações e benfeitorias		(5.806)	-	(387)	(284)	(6.477)
Máquinas e equipamentos		(99.578)	-	-	(3.917)	(103.495)
Veículos		(30.943)	-	-	(1.817)	(32.760)
Móveis e utensílios		(45.977)	-	-	(589)	(46.566)
Total Depreciação acumulada		(183.122)	-	(387)	(6.613)	(190.122)
Subtotal Imobilizado		163.332	-	10.273	(6.613)	166.992
Imobilizado em curso		14.804	2.185	(10.273)	-	6.716
Total do Imobilizado		178.136	2.185	-	(6.613)	173.708

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/Depreciação	Saldo 31/12/2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Software	20,00%	23	-	-	(23)	-	-
Terrenos	-	1.448	-	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,60%	2.191	-	609	(8)	-	2.792
Edificações e benfeitorias	2,94%	16.976	-	19.566	(637)	-	35.905
Máquinas e equipamentos	12,40%	150.106	12.883	21.628	(7.842)	-	176.775
Veículos	13,30%	86.480	-	17.278	(39.417)	-	64.341
Móveis e utensílios	6,23%	55.719	6.678	2.956	(160)	-	65.193
Total do Imobilizado em Serviço		312.943	19.561	62.037	(48.087)	-	346.454
Depreciação acumulada:							
Software		(20)	-	-	20	-	-
Reservatório, Barragens e Adutoras		(812)	-	-	4	(10)	(818)
Edificações e benfeitorias		(5.995)	(51)	(164)	855	(451)	(5.806)
Máquinas e equipamentos		(80.097)	(13.605)	-	3.174	(9.050)	(99.578)
Veículos		(60.891)	(385)	-	37.154	(6.821)	(30.943)
Móveis e utensílios		(38.011)	(5.809)	-	41	(2.198)	(45.977)
Total Depreciação acumulada		(185.826)	(19.850)	(164)	41.248	(18.530)	(183.122)
Subtotal Imobilizado		127.117	(289)	61.873	(6.839)	(18.530)	163.332
Imobilizado em curso		15.296	61.381	(61.873)	-	-	14.804
Total do Imobilizado		142.413	61.092	-	(6.839)	(18.530)	178.136

(*) Das adições no montante de R\$61.092, R\$289 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado.

(**) O montante de R\$6.839 refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19. Intangível

19.1 Intangível - controladora

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 31/03/2018
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.147	-	4.495	-	21.642
Amortização Acumulada		(10.118)	-	-	(773)	(10.891)
Subtotal		7.029	-	4.495	(773)	10.751
Em Curso		4.520	1.091	(4.495)	-	1.116
Total Geral		11.549	1.091	-	(773)	11.867

Notas Explicativas

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2016	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 31/12/2017
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.016	-	131	-	17.147
Amortização Acumulada		(7.417)	-	-	(2.701)	(10.118)
Subtotal		9.599	-	131	(2.701)	7.029
Em Curso		-	4.651	(131)	-	4.520
Total Geral		9.599	4.651	-	(2.701)	11.549

19.2 Intangível - Consolidado

	CONSOLIDADO						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 31/03/2018
Intangível em Serviço							
Custo	10,98%	16.079.665	-	68.261	(46.845)	-	16.101.081
Amortização Acumulada		(8.297.458)	-	(121)	31.229	(233.493)	(8.499.843)
Subtotal		7.782.207	-	68.140	(15.616)	(233.493)	7.601.238
Em Curso		848.312	342.661	(68.261)	(74.708)	-	1.048.004
Total		8.630.519	342.661	(121)	(90.324)	(233.493)	8.649.242
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,84%	3.722.038	-	4.117	-	-	3.726.155
Amortização Acumulada		(2.028.539)	-	(121)	-	(24.254)	(2.052.914)
Subtotal		1.693.499	-	3.996	-	(24.254)	1.673.241
Em Curso		197.120	98.445	(4.117)	(19.287)	-	272.161
Total Obrigações Vinculadas à concessão		1.890.619	98.445	(121)	(19.287)	(24.254)	1.945.402
Total Geral		6.739.900	244.216	-	(71.037)	(209.239)	6.703.840

(*) Das baixas no montante de R\$71.037, R\$55.421, refere-se as transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$15.616 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período/exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$55.421 (R\$765.493 em 31 de dezembro de 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$9.180 (R\$36.118 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 31/12/2017
Intangível em Serviço							
Custo	11,47%	14.651.198	-	1.648.921	(220.454)	-	16.079.665
Amortização Acumulada		(6.867.309)	14.703	(687.133)	162.992	(920.711)	(8.297.458)
Subtotal		7.783.889	14.703	961.788	(57.462)	(920.711)	7.782.207
Em Curso		1.166.531	1.926.805	(1.196.033)	(1.048.991)	-	848.312
Total		8.950.420	1.941.508	(234.245)	(1.106.453)	(920.711)	8.630.519
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,91%	2.819.616	213	902.209	-	-	3.722.038
Amortização Acumulada		(1.219.826)	-	(673.522)	-	(135.191)	(2.028.539)
Subtotal		1.599.790	213	228.687	-	(135.191)	1.693.499
Em Curso		327.810	615.740	(462.932)	(283.498)	-	197.120
Total Obrigações Vinculadas à concessão		1.927.600	615.953	(234.245)	(283.498)	(135.191)	1.890.619
Total Geral		7.022.820	1.325.555	-	(822.955)	(785.520)	6.739.900

(*) Das baixas no montante de R\$822.955, R\$765.493, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$57.462 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$765.493 (R\$527.173 em 31 de dezembro de 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$36.118 (R\$33.935 em 31 de dezembro de 2016).

(**) Inclui, R\$15.780 da controlada indireta EMT de despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto Comodoro.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2018	31/12/2017
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.638.068	3.584.197
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.197.880	1.192.783
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	306.022	306.022
Reserva para reversão ⁽³⁾	9.779	9.972
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	296.600	296.465
(-) Amortização acumulada	(2.052.914)	(2.028.539)
Total	3.395.435	3.360.900
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.450.033	1.470.281
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.673.241	1.693.499
Infraestrutura - Intangível em curso	272.161	197.120
Total	3.395.435	3.360.900

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3° ciclo de revisão tarifária, conforme abaixo demonstrado:

Distribuidoras	Ano da revisão
ESS	10/05/2012
EBO	04/02/2012
EMG	22/06/2012
ENF	22/06/2012
EPB	28/08/2012
ETO	04/07/2012
EMS	08/04/2013
EMT	08/04/2013
ESE	22/04/2013

Conforme Resolução Normativa n° 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL n° 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4° ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais.

Notas Explicativas

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	67.358	67.358
Amortização acumulada	(510.115)	(500.178)
Subtotal	393.844	403.781

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	403.781	443.524
Amortização no período	(9.937)	(39.743)
Saldo final	393.844	403.781

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027). Desde 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2018, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$221.628 (R\$233.940 em 31 de dezembro de 2017).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$123.324 (R\$125.788 em 31 de dezembro de 2017). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2017). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Notas Explicativas

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$24.167 realizada até 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2018 e 2019	64.377	14.652
2020 e 2021	74.288	16.745
2022 e 2023	74.288	16.745
2024 e 2025	74.288	16.745
2026 e 2027	55.484	10.466
2028 e 2029	24.144	-
2030 em diante	26.975	-
Total	393.844	75.353

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	2.482	2.604
CCEE ⁽¹⁾	-	-	291.897	286.417
Contratos Bilaterais ⁽¹⁾	-	-	983.325	935.623
Uso de rede básica ⁽¹⁾	-	-	55.153	49.795
Conexão à rede ⁽¹⁾	-	-	8.426	8.004
Encargo de serviços do sistema ⁽¹⁾	-	-	17.853	11.716
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽¹⁾	-	-	17.648	15.670
Materiais, serviços e outros ⁽²⁾	3.695	7.069	192.662	204.209
Total	3.695	7.069	1.569.582	1.514.174
Circulante	3.695	7.069	1.492.954	1.418.407
Não Circulante	-	-	76.628	95.767

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$175.570 (R\$195.078 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$58.523 (R\$78.031 em 31 de dezembro de 2017) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 31 de março de 2018 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$21.867 (R\$159.928 em 31 de dezembro de 2017) e reconhecido R\$2.359 (R\$28.778 em 31 de dezembro de 2017) de atualização financeira no consolidado.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

Notas Explicativas

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	-	-	3.064.024	3.805.459
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	83.095	82.700	2.249.514	1.728.549
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	-	77.933	53.473
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	1.330	563	16.095	10.535
(-) custos a amortizar - moeda nacional	-	-	(2.511)	(7.865)
(-) custos a amortizar - moeda estrangeira	-	-	(3.384)	(3.663)
(-) Marcação a mercado de dívidas - moeda estrangeira	(653)	214	(13.349)	11.456
Total	83.772	83.477	5.388.322	5.597.944
Circulante	83.772	83.477	1.511.698	1.673.496
Não Circulante	-	-	3.876.624	3.924.448

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (4)	Garantias (*)
	31/03/2018	31/12/2017					
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Citibank (1)	84.425	83.263	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	2,77%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(653)	214	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	83.772	83.477					
Total Energisa S/A	83.772	83.477					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	14.331	15.089	CDI + 0,70% a.a. TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	dez/20	Mensal	1,76%	F
Repasse BNDES I - ABC	6.922	8.299	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.(Pré)	mai/19	Mensal	2,20% a 2,66%	A
Repasse BNDES II - ABC	756	916	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	mai/19	Mensal	2,42% a 2,66%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	17.217	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	4.604	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.508	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	14.240	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	3.808	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.901	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú (1)	6.683	7.505	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a. 2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	mar/20	Mensal	2,37% a 2,61%	A
FINAME - Itaú BBA	12.962	13.650	(Pré)	jan/25	Mensal	0,62% a 2,11%	A
Parcelamento INERGUS	13.105	13.184	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	1,39%	D
Nota promissória SAFRA - 1º Série (1)	9.869	9.676	CDI + 1,65%	abr/18	Final	2,00%	A
Nota promissória SAFRA - 2º Série (1)	88.821	87.084	CDI + 1,65%	abr/19	Final	2,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(317)	(715)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	153.132	200.966					
Resolução 4131 - Itaú BBA	107.009	105.389	3,49% a 4,53 a.a. (Pré) Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	abr/18	Anual	1,34% a 1,59%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	461.968	254.053	Libor + 1,75% a.a.	mai/19	Final	2,80% a 2,90%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	156.300	41.396		dez/18	Final	2,79%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(183)	(250)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(6.118)	1.671	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Total em Moeda Estrangeira	718.976	402.259
Total Energisa Sergipe	872.108	603.225

Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	58.278	61.362	CDI + 0,70% a.a. TJLP + 2,90% a	dez/20	Mensal	1,76%	F
Repasse BNDES FINEM - Itaú (1)	13.998	14.923	4,00% a.a. TJLP + 3,96% a	dez/23	Mensal	2,37% a 2,64%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	34.884	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	9.441	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	7.205	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	25.941	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	7.021	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	5.358	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
FINAME - Itaú	23.966	25.283	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62% a 2,41%	A
Parcelamento FUNASA	4.104	4.192	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	2,15%	A
Nota promissória SAFRA - 1º Série (1)	7.128	6.988	CDI + 1,65%	abr/18	Final	2,00%	A
Nota promissória SAFRA - 2º Série (1)	64.148	62.894	CDI + 1,65%	abr/19	Final	2,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(419)	(1.119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	171.203	264.373					
Resolução 4131 - Itaú BBA	187.704	184.890	3,49% a 3,80% a.a. (Pré)	jun/20	Anual	1,34% a 1,42%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	136.122	73.779	Libor + 0,73% a 2,16% a.a.	jan/21	Anual	2,54% a 2,90%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	104.536	104.043	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	2,92%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.120)	3.519	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	427.242	366.231					
Total Energisa Paraíba	598.445	630.604					

Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	14.332	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,76%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	2.531	2.892	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	1,47%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	-	70	7,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	1,71%	F
Repasse BNDES I - Itaú BBA	1.324	1.439	TJLP + 4,75% a.a. UMBND + 3,75% a.a.	jan/21	Mensal	2,82%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	643	715	(*)	jan/21	Mensal	0,98%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	552	600	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	3,11%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	847	922	5,50% a.a. (Pré) TJLP + 3,96% a	jan/21	Mensal	1,35%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	-	20.997	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	-	12.219	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
FINAME - Itaú BBA	10.243	10.864	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	0,62% a 2,41%	A
FINAME - CEF	1.981	2.116	8,70% a.a. (Pré) TJLP + 2,90% a	nov/21	Mensal	2,11%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	13.890	14.581	3,90% a.a.	dez/23	Mensal	2,37% a 2,61%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander(1)	112.586	110.082	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	1,92%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(66)	(313)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	158.863	192.273					
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.864	60.703	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré)	jun/20	Final	1,42% a 1,67%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	89.501	89.051	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	2,80% a 2,90%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(502)	1.372	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	149.863	151.126					
Total Energisa Minas Gerais	308.726	343.399					

Energisa Nova Friburgo							
FIDC Grupo Energisa III	3.821	4.024	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,76%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	129	155	7,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	1,71%	-
Repasse BNDES I - Itaú	520	566	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	2,82%	A
Repasse BNDES II - Itaú	283	286	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	0,98%	A
Repasse BNDES III - Itaú	217	236	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	3,11%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	345	377	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	1,35%	A

Notas Explicativas

Repassse BNDES V - Itaú (1)	1.941	2.040	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	2,42%	A
Repassse BNDES VI - Itaú	1.141	1.036	SELIC + 3,10% a.a. TJLP + 3,96% a	abr/21	Mensal	2,36%	A
Repassse BNDES VII - Itaú (3)	-	4.466	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repassse BNDES VIII - Itaú (3)	-	2.685	SELIC + 4,34% 2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/21	Mensal	2,66%	A
FINAME - Itaú	1.064	1.115	TJLP + 4,65% a.a.	nov/24	Mensal	0,62% a 1,47%	A
BNDES Automático I - Itaú	363	725	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	2,79%	A
BNDES Automático II - Itaú	145	315	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	0,96%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander(1)	35.823	35.026	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	1,92%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(17)	(73)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	45.775	52.979					
Resolução 4131 - Itaú BBA III	-	25.804	4,29% a.a. (Pré) LIBOR + 1,62% a.a. (Pré)	fev/18	Final	1,54%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	42.513	27.300		set/22	Final	2,76%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	319	822	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	42.832	53.926					
Total Energisa Nova Friburgo	88.607	106.905					

Energisa Borborema

FIDC Grupo Energisa III	4.777	5.030	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,76%	F
Repassse BNDES I - BNB	-	2.565	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	1,02%	A
Repassse BNDES II - BNB	-	7.233	TJLP + 3,90% a.a. TJLP + 3,96% a	mar/23	Mensal	2,61%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	-	3.013	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	-	2.630	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	-	2.187	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	-	1.909	SELIC + 4,34% 2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/21	Mensal	2,66%	A
FINAME - Itaú BBA	2.226	2.351	CDI + 1,65%	nov/24	Mensal	0,62% a 2,11%	A
Nota promissória SAFRA - 1º Série (1)	1.099	1.077	CDI + 1,65%	abr/18	Mensal	2,00%	A
Nota promissória SAFRA - 2º Série (1)	9.890	9.696	CDI + 1,65%	mar/19	Mensal	2,00%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	3.887	4.085	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	2,42%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	2.270	2.194	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	2,36%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander(1)	40.940	40.030	CDI + 1,3248%	Dez/20	Semestral	1,92%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(44)	(133)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	65.045	83.867					
Resolução 4131 - Itaú BBA	20.419	20.624	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	1,67%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	20.472	20.370	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	2,60%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(146)	327					
Total em Moeda Estrangeira	40.745	41.321					
Total Energisa Borborema	105.790	125.188					

Energisa Mato Grosso

FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	1,71%	F
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.445	483.452	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	1,76%	F
CCB - Santander (1)	13.412	16.093	CDI + 2,28% a.a. TJLP + 3,96% a	jun/19	Mensal	2,16%	F + A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	-	93.102	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	-	85.858	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Nota Promissória 1ª missão (1)	257.022	252.778	105,5% CDI	out/18	Final	1,68%	-
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	204.702	200.149	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	1,92%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(233)	(2.755)					
Total em Moeda Nacional	1.311.750	1.603.615					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	176.409	93.576	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Trimestral	2,66% a 2,76%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	47.748	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Trimestral	2,78%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	47.742	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Trimestral	2,81%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(944)	(1.006)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(894)	1.886	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	270.061	189.499					
Total Energisa Mato Grosso	1.581.811	1.793.114					

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	1,71%	F
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.599	220.602	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	1,76%	F
Repasso BNDES - Bradesco (3)	-	41.942	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	-	37.013	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasso BNDES - Bradesco (3)	-	29.287	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	-	25.838	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	-	(1.091)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	512.091	645.005	-	-	-	-	-
Loan Citi - 4131 (1)	48.135	47.898	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	2,78%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	48.112	47.877	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	2,81%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(926)	(988)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(767)	(57)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	94.554	94.730	-	-	-	-	-
Total Energisa Mato Grosso do Sul	606.645	739.735	-	-	-	-	-
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	17.000	18.324	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	1,47%	F
Luz para Todos II - Eletrobrás	35.541	41.153	SELIC	out/19	Mensal	1,59%	-
CCB - Santander (1)	34.787	41.742	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	2,16%	F
Repasso BNDES - Bradesco (3)	61.613	65.697	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	27.063	28.856	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasso BNDES - Bradesco (3)	45.149	47.462	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,66%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	19.832	20.848	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	2,66%	A
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	154.213	151.667	105,50% CDI	out/18	Final	1,68%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.412)	(1.661)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	393.786	414.088	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú (1)	146.324	163.159	3,03% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	1,48%	F
Loan Citi - 4131 (1)	37.392	37.207	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	2,78%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	37.369	37.187	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	2,81%	A
Merrill lynch Loan	103.715	-	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	2,66%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(881)	(939)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.751)	1.469	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	321.168	238.083	-	-	-	-	-
Total Energisa Tocantins	714.954	652.171	-	-	-	-	-
Energisa Sul Sudeste							
CCB - Santander (1)	3.563	4.275	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	2,16%	F + A
Repasso BNDES I - Itaú (3)	-	43.812	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	2,63% a 2,70%	A
Repasso BNDES II - Itaú (3)	-	29.111	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,66%	A
Nota Promissória - SAFRA (1)	10.009	10.903	SELIC + 4,34%	fev/19	Final	2,00%	A
Total em Moeda Nacional	13.572	88.101	CDI + 1,65%	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	25.804	4,29%a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	1,54%	A
Loan Citi - 4131 (1)	22.813	22.706	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Trimestral	2,78%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	22.810	22.703	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Trimestral	2,81%	A
Banco BBM 55722 Operação 4131	21.688	21.398	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	1,16%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(450)	(480)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(536)	(8)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	66.325	92.123	-	-	-	-	-
Total Energisa Sul Sudeste	79.897	180.224	-	-	-	-	-
Energisa Soluções							
FINEP -	718	1.026	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	1,94%	A
FINAME - Itaú BBA	2.501	2.608	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	0,62% a 1,47%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(3)	(5)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	3.216	3.629	-	-	-	-	-
Total Energisa Soluções	3.216	3.629	-	-	-	-	-
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	3.286	3.919	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,47%	A
FINAME - Itaú BBA	1.460	1.494	SELIC + 5,14% a	abr/22	Mensal	2,85% a 2,87%	A

Notas Explicativas

FINAME - Itaú BBA	4.109	3.794	5,20% TJLP + 4,80% a	abr/22	Mensal	2,83%	a	2,85%	A
Total em Moeda Nacional	8.855	9.207	4,87% a.a.						
Total Energisa Soluções Construções	8.855	9.207							
Energisa Comercializadora									
ITAU BBA - 4131 ECOM Nº AGE923670	33.519	33.861	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	1,67%			-
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(181)	241	-	-	-				-
Total em Moeda Estrangeira	33.338	34.102							
Total Energisa Comercializadora	33.338	34.102							
Rede Energia S.A.									
Credores "RJ" - Bicbanco	5.112	4.925	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%			F
Credores "RJ" - BNB	11.268	10.859	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%			F
Total em Moeda Nacional	16.380	15.784							
Total Rede Energia S.A.	16.380	15.784							
Denerge									
FI-FGTS (Reestruturado)	281.846	273.391	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	0,99%			-
Total em Moeda Nacional	281.846	273.391							
Total Denerge	281.846	273.391							
Cia Téc.de Comercialização de Energia									
Credores "RJ" - BMG	3.932	3.789	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%			-
Total em Moeda Nacional	3.932	3.789							
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.932	3.789							
Em Moeda Nacional	3.139.446	3.851.067							
Em Moeda Estrangeira	2.248.876	1.746.877							
Energisa Consolidada	5.388.322	5.597.944							

(*) A=Aval Energisa S/A, D=Fiança, F=Recebíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 33).
- A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S.A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (vide nota explicativa Nº 22).

Notas Explicativas

O montante liberado para o financiamento foi de R\$922.221 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	143.798
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	96.970
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	49.754
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	36.264
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	78.666
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	10.541
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	7.724
Total	922.221

Em 08 de Fevereiro e 28 de Março de 2018 foram liquidados antecipadamente os contratos conforme quadro abaixo

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	283.344
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	126.388
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	87.723
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	43.652
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	31.293
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	71.753
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	9.583
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	6.737
Total	660.473

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2018, os índices foram cumpridos.

(4) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$93.738 (R\$147.271 em 31 de dezembro de 2017), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2018	31/12/2017
US\$ x R\$	0,48%	1,50%
TJLP	1,65%	7,12%
SELIC	1,59%	9,85%
CDI	1,59%	9,94%
IPCA	0,70%	2,95%
IGP-M	1,48%	-0,53%
LIBOR	1,88%	1,30%
UMBNB	0,06%	0,06%
TR	0,00%	0,60%
IPC-FIPE	0,04%	2,26%

Em 31 de março de 2018, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2019	653.879
2020	614.370
2021	838.179
2022	249.944
Após 2022	1.520.252
Total	3.876.624

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016	83.477	162.893	5.597.944	5.394.110
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	565.000	1.790.920
Custos Apropriados	-	-	(549)	(5.336)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1.163	3.591	128.563	443.507
Marcação Mercado da Dívida	(868)	844	(24.805)	(14.117)
Pagamento de principal		(79.618)	(819.019)	(1.638.458)
Pagamento de juros		(4.233)	(58.812)	(372.682)
Saldos em 31/03/2018 e 31/12/2017	83.772	83.477	5.388.322	5.597.944
Circulante	83.772	83.477	1.511.698	1.673.496
Não circulante	-	-	3.876.624	3.924.448

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes são:

Empresas	Contratos	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	18	25	25	68
	Banco ABC Repasse BNDES	10	8	-	18
	Banco BAML	183	-	-	183
	Banco SAFRA	158	73	-	231
		369	106	25	500
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	72	97	97	266
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	114	39	-	153
		186	136	97	419
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	18	24	24	66
		18	24	24	66
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	5	6	6	17
		5	6	6	17
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	6	8	8	22
	Banco Itaú BBA - BNDES	-	-	-	-
	Nota Promissória SAFRA 1º Série	-	-	-	-
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	19	3	-	22
		25	11	8	44
ESOL	Finep	3	-	-	3
		3	-	-	3
ETO	Banco Santander	62	29	-	91
	Banco Itaú BBA - BNDES	233	322	626	1.181
	Banco Citibank	144	190	459	793
	Banco Citibank - EDC	16	21	51	88
	Nota promissória 2ª Emissão	140	-	-	140
		595	562	1.136	2.293
ESS	Banco Citibank	72	95	238	405
	Banco Citibank - EDC	8	11	26	45
		80	106	264	450
EMT	Loan Citibank	151	200	499	850
	Loan EDC	17	22	55	94
	Nota promissória 1ª Emissão	233	-	-	233
		401	222	554	1.177
EMS	Loan Citibank	151	200	482	833
	Banco Citibank - EDC	17	22	54	93
		168	222	536	926
TOTAL		1.850	1.395	2.650	5.895

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Debentures - moeda nacional	2.794.508	2.771.141	3.972.884	3.382.727
(-) custos de captação incorridos na captação	(3.324)	(3.604)	(23.533)	(26.110)
Total	2.791.184	2.767.537	3.949.351	3.356.617
Circulante	246.392	241.939	261.766	326.147
Não Circulante	2.544.792	2.525.598	3.687.585	3.030.470

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	31/03/2018	31/12/2017						
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/2ª Série	365.309	352.643	15/07/2012	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011 % a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	3,27%
7ª Emissão/1ª Série (*)	192.286	194.273	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	2,82%
7ª Emissão/2ª Série (*)	192.286	194.274	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	2,82%
7ª Emissão/3ª Série (*)	192.286	194.274	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	2,82%
7ª Emissão/4ª Série	192.599	195.259	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	3,17%
7ª Emissão/5ª Série	192.599	195.259	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	3,17%
7ª Emissão/6ª Série	192.599	195.259	19/07/2017	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	3,17%
8ª Emissão/1ª Série	210.250	205.291	19/07/2017	197.598 / 177.348	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Anual	2,07%
8ª Emissão/2ª Série	188.777	184.299	19/07/2017	177.348	IPCA+5,6601 % a.a	jun / 24	Anual	2,09%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	63.972	62.623	31/10/2017	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	1,80%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	11.933	11.676	31/10/2017	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	1,86%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	22.242	21.742	31/10/2017	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	1,95%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	777.370	764.268	31/10/2017	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,71%
(-) custos de captação	(3.324)	(3.604)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	2.791.184	2.767.536						
ENERGISA SERGIPE								
3ª Emissão	24.763	24.316	30/10/2013	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	1,84%
Total ENERGISA SERGIPE	24.763	24.316						
ENERGISA PARAÍBA								
Debentures 4ª Emissão	180.842	-	07/03/2018	18.000 / 18.000	CDI +1,00%	fev / 21	Final	1,84%
Total ENERGISA PARAÍBA	180.842	-						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	49.037	47.253	22/12/2009	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	49.037	47.253						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	300.809	306.200	22/09/2017	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	1,71%
Debentures 10ª Emissão	150.697	-	15/02/2018	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	1,83%
(-) custos de captação	(848)	(923)	-	-	-	-	-	-
Total EMS	450.658	305.277						
EMT								
Debentures 5ª Emissão	-	233.818	15/05/2014	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	2,16%
Debentures 8ª Emissão	472.228	-	07/03/18	47.000 / 47.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Final	1,86%
(-) custos de captação	-	(1.071)	-	-	-	-	-	-
Total EMT	472.228	232.747						
TOTAL BRUTO DA DIVIDA	3.972.884	3.382.727						
(-) custos de captação (**)	(19.361)	(20.512)	-	-	-	-	-	-
(-) custos de captação	(4.172)	(5.598)	-	-	-	-	-	-
Total dos custos de captação	(23.533)	(26.110)						
Total em moeda nacional	3.949.351	3.356.617						
CONSOLIDADO	3.949.351	3.356.617						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição

No último trimestre de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IAS39/CPC38

Notas Explicativas

determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira do período o montante de R\$150.000 na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$18,25 (31/12/2017), enquanto estava negociada a R\$27,30/unit na mesma data. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de período de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
- Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S/A.

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21).

O acordo de investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33). Em 31 de março de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debêntures estão garantidas por aval da controladora Gipar S/A.

- Os debenturistas da 5ª emissão da Energisa, em correspondência de 23 de maio de 2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016. Em 31 de março de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da controlada EMT e os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da controlada EMS em correspondências de 29 de junho 2016 suspenderam a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017 e, estabeleceram novos indicadores para os trimestres subsequentes. Em 31 de março de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$287.119 (R\$288.910 em 31 de dezembro de 2017) de ajuste a valor presente.

Em 31 de março de 2018, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	168.146	176.677
2020	631.647	738.460
2021	632.009	1.527.878
2022	897.698	983.664
Após 2022	215.292	260.906
Total	2.544.792	3.687.585

Notas Explicativas

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes são como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020 em diante	Total
	Debêntures 5ª Emissão/2ª Série	64	54	-	118
	Debêntures 7ª Emissão/1ª Série	140	191	128	459
	Debêntures 7ª Emissão/2ª Série	119	158	264	541
	Debêntures 7ª Emissão/3ª Série	101	135	359	595
	Debêntures 7ª Emissão/4ª Série	145	193	128	466
	Debêntures 7ª Emissão/5ª Série	120	159	265	544
	Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	102	136	363	601
ESA		791	1.026	1.507	3.324
	Debêntures 4ª Emissão 1ª Série	57	75	189	321
	Debêntures 4ª Emissão 2ª Série	36	48	217	301
	Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	10	13	36	59
	Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	1	2	8	11
	Debêntures 5ª Emissão 3ª Série	2	2	18	22
	Debêntures 5ª Emissão 4ª Série	118	156	440	714
ESE		224	296	908	1.428
	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	89	118	295	502
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	57	75	339	471
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	15	20	56	91
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	10	14
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	4	33	40
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	193	250	701	1.144
EPB		359	469	1.434	2.262
	Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	50	67	168	285
	Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	32	43	193	268
	Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	5	7	19	31
	Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	1	1	4	6
	Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1	1	9	11
	Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	60	78	220	358
EMG		149	197	613	959
	Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	249	331	828	1.408
	Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	159	212	951	1.322
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	12	16	43	71
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	10	14
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	2	3	21	26
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	142	184	519	845
ESS		566	748	2.372	3.686
	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	227	303	757	1.287
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	145	193	870	1.208
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	13	17	49	79
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	11	15
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	2	3	23	28
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	158	205	575	938
ETO		547	723	2.285	3.555
	Debêntures 8ª Emissão	146	189	513	848
	Debêntures 9ª Emissão	197	257	744	1.198
EMS		343	446	1.257	2.046
	Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	465	619	1.547	2.631
	Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	296	395	1.778	2.469
	Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	14	19	54	87
	Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2	3	12	17
	Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	2	3	26	31
	Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	175	227	636	1.038
EMT		954	1.266	4.053	6.273
	TOTAL	3.933	5.171	14.429	23.533

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Novas debêntures emitidas	-	1.224.946	800.000	1.524.946
Custos Apropriados	-	-	-	(22.794)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	75.560	209.323	90.889	293.566
Pagamento de principal	-	(51.594)	(233.165)	(192.074)
Recuperação de debêntures	-	-	-	(293.707)
Pagamento de juros	(51.913)	(148.605)	(64.990)	(220.933)
Saldos em 31/03/2018 e 31/12/2017	2.791.184	2.767.537	3.949.351	3.356.617
Circulante	246.392	241.939	261.766	326.147
Não circulante	2.544.792	2.525.598	3.687.585	3.030.470

23. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	481.389	467.510
Encargos Sociais	1.519	1.551	24.446	26.317
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	35.877	57.911
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	1	-	21.003	23.402
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.652	1.511	113.123	98.094
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.391	972	7.550	7.215
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	298	330	974	1.044
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	118	924	2.575	4.463
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	451	525
Outros	536	535	23.980	25.747
Total	5.515	5.823	711.368	712.228
Circulante	5.515	5.823	474.710	496.762
Não Circulante	-	-	236.658	215.466

- (a) ICMS - A controladora indireta Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$177.624 (R\$136.840 em 31 de dezembro de 2017), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

24. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado.

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
ICMS	69.121	71.863
Total	69.121	71.863
Circulante	9.689	10.157
Não Circulante	59.432	61.706

Notas Explicativas

Os valores são distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	EMT	ESS	31/03/2018	31/12/2017
ICMS	147	68.974	69.121	71.863
Total	147	68.974	69.121	71.863
Circulante	147	9.542	9.689	10.157
Não Circulante	-	59.432	59.432	61.706

	Consolidado				
	Valor original	Multa	Juros	31/03/2018	31/12/2017
ICMS	37.362	4.162	27.597	69.121	71.863
Total	37.362	4.162	27.597	69.121	71.863
Circulante	5.237	583	3.869	9.689	10.157
Não Circulante	32.125	3.579	23.728	59.432	61.706

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão programados para serem liquidados conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
2018	9.689	10.157
2019	12.245	14.819
2020	14.519	13.859
Após	32.668	33.028
Total	69.121	71.863
Circulante	9.689	10.157
Não Circulante	59.432	61.706

25. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2018	31/12/2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽²⁾	72.764	118.930
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	4.633	4.071
Ministério de Minas e Energia - MME	2.298	2.016
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	11.013	7.896
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	150.932	154.483
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	164.692	184.419
Total	406.332	471.815
Circulante	221.804	289.867
Não-circulante	184.528	181.948

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

⁽²⁾ Conta de Desenvolvimento Energético-CDE - refere-se a: (i) não obteve cota anual em março de 2018 em 31 de dezembro de 2017 o valor foi de R\$61.591; (ii) cota destinada a devolução do aporte de CDE no montante de R\$34.036 (R\$18.611 em 31 de dezembro de 2017) (iii) cota destinada a devolução do aporte da conta no Ambiente de Contratação Regulada ("Conta ACR") no montante de R\$38.728 (R\$38.728 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

26. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Fiscais	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	1.480	13	1.493	1.332
Constituições de provisões	20	-	20	141
Reversões de provisões	-	-	-	(5)
Pagamentos realizados	-	-	-	(7)
Atualização monetária	10	-	10	32
Saldos finais - não circulante - 31/03/2018 e 31/12/2017	1.510	13	1.523	1.493
Depósitos e cauções vinculados (*)			(291)	(64)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$392 (R\$357 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$101 (R\$293 em 31 de dezembro de 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatório	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	216.806	233.992	16.480	18.833	486.111	504.345
Constituições de provisões	11.191	11.427	40	-	22.658	219.379
Reversões de provisões	(5.801)	(4.324)	(404)	-	(10.529)	(104.734)
Pagamentos realizados	(13.998)	(8.415)	-	-	(22.413)	(143.254)
Atualização monetária	1.028	1.451	200	154	2.833	10.375
Saldos finais - não circulante - 31/03/2018 e 31/12/2017	209.226	234.131	16.316	18.987	478.660	486.111
Depósitos e cauções vinculados (*)					(108.645)	(106.320)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$254.095 (R\$249.138 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$145.450 (R\$142.818 em 31 de dezembro de 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa Luz no

Notas Explicativas

Campo/programa Luz para Todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

• Fiscais

Referem-se à discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos juntos à ANEEL de montante de R\$18.987 (R\$18.833 em 31 de dezembro de 2017), referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis - Consolidados

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento em um montante de R\$4.531.942 (R\$3.738.959 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

O aumento de R\$792.983, registrado no período findo 31 de março de 2018, refere-se substancialmente às movimentações ocorridas no contencioso cível, que realizou movimentações relevantes em processo envolvendo as empresas EMT, EMS, ESE, EPB, EBO e ETO, conforme será detalhado a seguir.

• Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$173.866 (R\$170.858 em 31 de dezembro de 2017), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento de R\$3.008, registrado no período findo 31 de março de 2018, refere-se às movimentações envolvendo provisionamento de novos processos entrantes, alteração/aumento de provisão e atualização monetária da base de processos ativos.

Principais processos:

Controladas

EPB

. Reclamação Trabalhista 0001525-58.2017.5.13.0026, proposta por empregados próprios onde o autor requer horas extras e dano moral, com valor envolvido de R\$3.000, recebida em março de 2018.

. Reclamação Trabalhista 00181.2011.018.13.00-2, proposta por empregados onde o autor requer verbas contratuais/legais, com valor envolvido de R\$1.520 em 31 de dezembro de 2017, processo encerrado em fevereiro de 2018.

Notas Explicativas

. Reclamação Trabalhista 0001366-81.2017.513.0005, proposta por empregados próprios onde o autor requer reintegração, com valor envolvido de R\$1.518 (R\$1.508 em 31 de dezembro de 2017).

. Reclamação Trabalhista 00361.2008.011.13.00-4, proposta por empregados próprios onde o autor requer indenização, com valor envolvido de R\$1.356 (R\$1.346 em 31 de dezembro de 2017).

ESE

. Ação Civil Pública 0001086-97.2012.5.20.0003 com valor envolvido de R\$8.691 (R\$8.632 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute pedido por Danos Morais e Materiais, advindo de questões relacionadas a legalidade da terceirização.

. Ação trabalhista 0001944-97.2013.5.20.0002 com valor envolvido de R\$2.248 (R\$2.233 em 31 de dezembro de 2017), onde discute indenização por acidente de trabalho/terceirizado.

EMS

. Reclamação trabalhista processo 00018479820145020023, com valor envolvido de R\$7.470 (R\$7.420 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute Indenizações em virtude de discussão sobre verbas rescisórias.

EMT

. Reclamação trabalhista n° 0001087-16.2017.5.23.0006, com valor envolvido de R\$12.957 (R\$12.870 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a jornada de trabalho.

. Reclamação trabalhista n° 0000203-14.2015.5.23.0052 no valor de R\$2.839 (R\$2.819 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

. Reclamação trabalhista n° 0000806-57.2017.5.23.0007 com valor envolvido de R\$1.885 (R\$1.872 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

ETO

. Processo 0001392-04.2016.5.10.0812 no montante de R\$3.451 (R\$3.428 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões envolvendo indenização por acidente de trabalho.

. Processo 0023044-62.2013.5.02.0030 no montante de R\$2.308 (R\$2.292 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões envolvendo verbas contratuais.

. Processo 0000772-26.2015.5.10.0812 no montante de R\$1.133 (R\$1.125 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões envolvendo verbas rescisórias.

ESS

. Reclamação trabalhista n° 0011297-53.2017.5.03.0178 com valor envolvido de R\$2.253 (R\$2.238 em 31 de dezembro de 2017), envolvendo questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

. Reclamação trabalhista n° 0010944-20.2017.5.15.0100 com valor envolvido de R\$2.280 (R\$2.265 em 31 de dezembro de 2017), envolvendo questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$2.032.920 (R\$1.250.853 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias n° 38 e n° 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas

Notas Explicativas

e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

O aumento de R\$782.494, registrado no período findo 31 de março de 2018, refere-se, substancialmente as movimentações de alterações de provisão e prognóstico realizadas em processo proposto contra as empresas EMT, EMS, ESE, EPB, EBO e ETO, envolvendo discussão relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais. Estas movimentações foram fruto da análise das resoluções homologatórias da ANEEL, que validaram as tarifas praticadas no período, desse modo, recalculou-se o efetivo valor de eventual risco financeiro e reavaliou-se o prognóstico de perda: expurgando-se valores pleiteados sem respaldo na lei consumerista, visto que a tarifa praticada sempre esteve em consonância com as determinações da agência reguladora.

Principais processos:

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem, em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

“Atualmente, o processo está em fase instrutória. As partes apresentaram no dia 28 de fevereiro de 2018 pareceres técnicos com as respostas aos quesitos dos peritos. Corre prazo para que cada uma das Partes apresentem suas contestações aos pareceres técnicos apresentados pela outra Parte. A audiência de instrução foi designada para os dias 12, 13 e 14 de junho de 2018. Considerando os elementos no sentido de boa-fé das requeridas e a complexidade da prova pericial que será realizada, os consultores jurídicos classificam como “possível” o êxito da Energisa S.A. e da Energisa Soluções S.A.”

Principais processos:

Controladas

EMG

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027572-2 no montante de R\$15.029 (R\$14.929 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia elétrica.

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027553-0 no montante de R\$9.018 (R\$8.957 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação de Defesa de Interesses Coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia elétrica.

Processo Administrativo nº 10640724269201326 no montante de R\$5.446 (R\$5.409 em 31 de dezembro de 2017) envolvendo discussão sobre crédito recolhimento PIS/COFINS, Art. 3.9718/98.

. Principais processos:

EPB

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$166.028 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

Notas Explicativas

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$51.531 (R\$51.187 em 31 de dezembro de 2017), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

. Ação 0800663-51.2015.815.0371 com valor envolvido de R\$12.024 (R\$11.944 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas.

. Ação 0800388-05.2015.815.0371 com valor envolvido de R\$11.107 (R\$11.032 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas.

ENF

. Ação Ordinária 0001979.52.1998.819.0037 envolvendo obrigação de fazer, com valor envolvido de R\$2.812 (R\$2.793 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a transferência de ações.

. Ação Civil Pública 0004079-96.2006.8.19.0037 com valor envolvido de R\$1.903 (R\$1.890 em 31 de dezembro de 2017), referente a questões de relacionadas a cobrança e repasse de COSIP - Custeio de Serviço de Iluminação Pública.

ESE

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$95.723 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação cível 200610100241, no montante de R\$15.958 (R\$15.851 em 31 de dezembro de 2017), em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

. Ação cível coletiva 2009.38.00.027553-0, no montante de R\$8.983 (R\$8.923 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da Companhia.

EMS

. Ação 0053723-89.2016.401.3400 no montante de R\$155.047 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação cível coletiva 0065126.87.2014.401.3800, no montante de R\$163.833 (R\$162.739 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$61.365 (R\$60.955 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$285.538, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

Notas Explicativas

. Ação de indenização n° 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$67.967 (R\$67.513 em 31 de dezembro de 2017), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização n° 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$38.517 (R\$38.259 em 31 de dezembro de 2017), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização n° 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$33.267 (R\$33.044 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização n° 1005691-76.2017.811.0041 no montante de R\$27.654 (R\$27.469 em 31 de dezembro de 2017), recebido em 2017, onde se discute matéria relacionada a verbas não pagas por ocasião da execução de contratos de prestação de serviços adicionais.

Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa número 0141537.58.2012.826.0100 com montante envolvido de R\$28.397 (R\$27.277 em 31 de dezembro de 2017), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, o processo que no período sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação civil pública 0031306.39.2012.401.3900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$201.077 (R\$195.977 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL n° 3.731, de 30 de dezembro de 2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29 de fevereiro de 2012 a 07 de agosto de 2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

ETO

. Ação 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$32.399 (R\$32.182 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

. Ação 5032063.73.2013.827.2729 com valor envolvido de R\$23.630 (R\$23.472 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões contratuais relacionadas a nulidade contratual.

. Ação 5000750.04.2012.827.2738 com valor envolvido de R\$4.291 em 31 de dezembro de 2017 onde se discute questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais, encerrado em janeiro de 2018.

ESS

. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a Verbas Contratuais, 1005048-10.2015.8.26.0482 com valor pedido de R\$20.587 (R\$20.499 em 31 de dezembro de 2017), proposta em abril de 2016.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$2.292.232 (R\$2.284.751 em 31 de dezembro de 2017), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (viii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Notas Explicativas

A aumento de R\$7.481, registrada no período refere-se a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processo, de alteração/redução de provisão e de alterações de prognóstico registradas no período e inclusão do REFIS Estadual.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$58.576 (R\$57.695 em 31 de dezembro de 2017).

Controladas:

EMG

. Processo 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$34.466 (R\$33.947 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no período, está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise dos assessores jurídicos.

. Processo 0153.02.018219-9 com valor envolvido de R\$4.134 (R\$4.071 em 31 de dezembro de 2017), referentes apropriação indevida de créditos de ICMS no período fevereiro/2012 a janeiro/2013, decorrente de: (i) aquisição de materiais de uso ou consumo sem vinculação direta ao ativo imobilizado, bens alheios à atividade do estabelecimento; bens/materiais classificados genericamente como “Diversos” e da contratação de serviços de transporte sem vinculação direta aos bens do ativo imobilizado que geraram direito ao crédito, (ii) valor ICMS lançado indevidamente no CIAP e (iii) valor apropriado a menor decorrente da diferença entre o coeficiente de creditamento utilizado pelo contribuinte e o apurado pelo Fisco.

ENF

. Auto de Infração 03.396678-9, com valor envolvido de R\$9.825 (R\$9.677 em 31 de dezembro de 2017), referente a cobrança de ICMS, em virtude da não submissão à tributação de parcela da receita relativa à subvenção de tarifa de energia elétrica, recebida à título de complementação da tarifa aplicada aos consumidores subclasse residencial baixa renda.

. Auto de Infração 03.396674-8, com valor envolvido de R\$2.299 (R\$2.264 em 31 de dezembro de 2017) referente à cobrança de ICMS sobre operações anteriores à distribuição de energia elétrica, na hipótese de perdas comerciais.

. Processo de execução fiscal 0032674-42.2012.4.02.5101, com valor envolvido de R\$2.905 (R\$2.861 em 31 de dezembro de 2017), referente à exigência de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e CSLL.

. Ação Civil Coletiva 2009.38.00.027553-0, no montante de R\$9.631 (R\$9.485 em 31 de dezembro de 2017), referente a recálculo das tarifas de energia elétrica, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento da demanda. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ENF.

ETO

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$160.555 (R\$158.140 em 31 de dezembro de 2017).

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$75.066 (R\$73.936 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$40.037 (R\$39.434 em 31 de dezembro de 2017), relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014.

. Auto de Infração 10746.720279/2014-95 com valor envolvido de R\$5.399 (R\$5.318 em 31 de dezembro de 2017), relacionado a discussões sobre recolhimento da estimativa do CSLL apurado em outubro de 2011.

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$103.726 (R\$102.164 em 31 de dezembro de 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Autos de Infrações números: (I) 93300008.09.00000271/2017.59 no montante de R\$91.330 (R\$89.956 em 31 de dezembro de 2017) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015; (II) Auto de Infração 93300008.09.00002467/2014-35 com valor envolvido de R\$41.293 (R\$40.671 em 31 de dezembro de 2017) - referente ao período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010; e (III) Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$29.434 (R\$28.991 em 31 de dezembro de 2017) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do creditamento no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

. Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$47.311 (R\$46.598 em 31 de dezembro de 2017), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$173.459 (R\$170.848 em 31 de dezembro de 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de infração 201717189, com montante envolvido de R\$20.433 (R\$20.125 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a base de cálculo para recolhimento de ICMS, teve prognóstico alterado de possível para remoto, baseada em sentença que julgou nulo o auto de infração.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$66.791 (R\$65.786 em 31 de dezembro de 2017), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") montavam R\$687.549 (R\$677.204 em 31 de dezembro de 2017), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões

Notas Explicativas

culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$202.723 (R\$199.673 em dezembro de 2017), dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$60.986 (R\$60.068 em 31 de dezembro de 2017) processo n° 1000985-84.2016.811.0041; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6°, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

. Auto de infração 01117855020128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo n° 5205023/2012, no valor - de R\$72.801 (R\$71.705 em 31 de dezembro de 2017).

ESS

. Auto de Infração, 4.034.268-2 montante de R\$20.775 (R\$20.532 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse baixa renda referente a fevereiro de 2008 até dezembro 2009.

. Auto de Infração, 4.022.209 montantes de R\$5.352 (R\$5.340 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

. Auto de Infração, 10880.914021/2011-61 montante de R\$3.311 (R\$3.260 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL de montante de R\$32.924 (R\$32.497 em 31 de dezembro de 2017), classificadas como possível. Deste valor, R\$30.331 decorrem da penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa. Neste processo, que ainda está tramitando perante à ANEEL, já houve manifestação da Procuradoria da Agência no sentido de cancelar a penalidade, restando a deliberação pela Diretoria colegiada de forma que, após análise dos documentos, entende-se com Possível a chance de perda. O restante do valor provisionado como possível decorre de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL onde se vislumbra a possibilidade de procedência dos nossos recursos administrativos pelo que também foram provisionados como possível.

ETO

. Ação judicial 48500.000184/2015-98 de natureza regulatória no montante de R\$13.865 (R\$13.656 em 31 de dezembro de 2017) relacionada a questões do refis, de aquisições de prejuízos fiscais de controladas do mesmo grupo econômico.

ESS

Processo administrativo 48500.000184.2015-98 no montante de R\$16.466 (R\$16.219 em 31 de dezembro de 2017) relacionada a questões do refis, de aquisições de prejuízos fiscais de controladas do mesmo grupo econômico e de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Processo administrativo 0026725-92.2009.4.01.3800 no montante de R\$1.967 (R\$1.937 em 31 de dezembro de 2017) envolvendo discussão sobre recálculo das tarifas de energia elétrica das concessionárias, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento de demanda.

Notas Explicativas

27. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial -31/12/2017 e 31/12/2016	96.917	154.340
Juros	1.405	12.927
Amortização	(15.761)	(70.350)
Saldo Final -31/03/2018 e 31/12/2017	82.561	96.917
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	31.786	37.321
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	50.775	59.596
Circulante	58.635	58.635
Não circulante	23.926	38.282

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

28. Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n.º 1993 (EMT) e n.º 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Saldo em 31/12/2017 e 31/12/2016	209.970	313.013
Adição no período	2.166	51.778
Atualização monetária	32.131	56.509
Pagamentos	(79.868)	(211.330)
Saldo em 31/03/2018 e 31/12/2017	164.399	209.970
Circulante	65.482	111.053
Não circulante	98.917	98.917

29. Patrimônio líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.795.963 (R\$2.795.963 em 31 de dezembro de 2017), representando 1.729.827.305 (1.729.827.305 em 31 de dezembro de 2017) ações nominativas, sendo 720.210.378 (720.210.378 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e 1.009.616.927 (1.009.616.927 em 31 de dezembro de 2017) ações

Notas Explicativas

preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 250.119.394 (250.070.594 em 31 de dezembro de 2017).

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2017), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

29.2 Transação de capital - transações entre sócios

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial -31/12/2017 e 31/12/2016	(80.683)	4.273
Transações entre sócios - reflexo (1)	(27.850)	(89.453)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	116.815	4.497
Saldo final -31/03/2018 e 31/12/2017	8.282	(80.683)

- (1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 33.
- (2) O montante de R\$116.815 (R\$4.497 em 31 de dezembro de 2017) encontra-se divulgado na nota explicativa nº 17.

29.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Notas Explicativas

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2018	31/12/2017
EPB	SUDENE	197/2012	16.284	44.784
ESE	SUDENE	205/2012	7.432	16.752
EBO	SUDENE	206/2012	1.702	4.373
EMT	SUDAM	114/2014	13.133	(11.627)
ETO	SUDAM	113/2014	3.269	15.923
Total			41.820	70.205

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

29.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$172.983, correspondente a R\$0,10 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,50 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos a partir de 07 de março de 2018.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

30 Receita operacional

30.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	39.799	15.850
Deduções a receita operacional		
PIS	657	261
COFINS	3.025	1.205
ISS	982	294
Receita operacional líquida	35.135	14.090

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

30.2 Receita operacional- consolidada

	31/03/2018			31/03/2017		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	5.484.691	2.778.895	1.769.670	5.371.512	2.664.690	1.715.185
Industrial	43.082	552.234	326.228	45.494	590.959	369.024
Comercial	466.169	1.378.627	897.520	465.554	1.383.885	912.862
Rural	609.737	667.974	304.330	598.491	641.234	299.250
Poder público	62.128	322.368	196.198	61.774	321.290	195.356
Iluminação pública	6.719	373.729	123.329	6.573	387.903	125.557
Serviço público	7.789	256.961	111.398	7.555	245.444	109.804
Consumo próprio	1.453	8.991	-	1.422	9.388	-
Subtotal	6.681.768	6.339.779	3.728.673	6.558.375	6.244.793	3.727.038
Suprimento	2	436.282	253.715	2	701.722	177.208
Fornecimento não Faturado líquido	-	10.575	81.860	-	19.752	10.757
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	676	-	233.211	536	-	201.265
Venda de energia Comercializadora	-	1.135.474	228.298	-	807.004	157.382
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	236.184	-	-	287.936
Serviços especializados	-	-	9.432	-	-	19.655
Penalidades Regulatórias (2)	-	-	(10.474)	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	31.009	-	-	33.331
Ativo Financeiro Indenizável da Concessão	-	-	132.716	-	-	18.437
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(6.608)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	-	-	-	(12.910)
Constituição e amortização. - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	231.515	-	-	(147.436)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	254.285	-	-	224.328
Total - receita operacional bruta	6.682.446	7.922.110	5.410.424	6.558.913	7.773.271	4.690.383
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	889.955	-	-	867.456
PIS	-	-	82.027	-	-	72.884
COFINS	-	-	386.967	-	-	337.250
CPRB	-	-	1.308	-	-	876
ISS	-	-	3.205	-	-	2.751
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	891	-	-	(4.932)
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	15.583	-	-	13.006
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	338.694	-	-	322.065
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	15.583	-	-	13.027
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	4.156	-	-	4.009
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.738.369	-	-	1.628.392
Total - receita operacional líquida	6.682.446	7.922.110	3.672.055	6.558.912	7.773.271	3.061.991

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura, exceto no caso das Transmissoras Pará I e Goiás I, difere do valor do custo de construção no montante de R\$605, referente ao PIS/COFINS. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica.
- (2) Com a adoção do CPC 47 - Receitas de contratos com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado, as multas regulatórias (DIC, FIC, DMIC), passaram a ser reconhecidas como dedução às receitas. Para efeito comparativo, o montante das multas para 31 de março de 2017 é de R\$12.630 e estão classificadas como despesas operacionais.
- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado no período findo de 31 de março de 2018 de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

Notas Explicativas

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2018, foram de R\$26.203 (R\$23.079 em 31 de março de 2017), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$891 (R\$4.932 em 31 de março de 2017). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias até 31 de março de 2018 foi de R\$25.312 (R\$27.150 em 31 de março 2017).

Para os meses de janeiro a março de 2018 e 2017 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	31/03/2018	31/03/2017
Janeiro	Nº 516 de 06 de março de 2018 (Nº 592 de 02 de março de 2017)	4.604	(5.518)
Fevereiro	Nº 728 de 02 de abril de 2018 (Nº 899 de 30 de março de 2017)	(2.447)	(156)
Março	Valor a ser homologado em abril de 2018 (Nº 1.237 de 05 de maio de 2017)	(1.266)	742
Total		891	(4.932)

31 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Energia de Itaipú - Binacional	801.582	800.046	170.573	153.995
Energia de leilão	3.267.375	3.268.532	681.653	720.814
Energia bilateral e outros suprimentos	1.020.608	1.775.384	747.434	547.476
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	231.629	231.629	64.964	53.227
Energia de curto prazo - CCEE	823.709	87.755	239.941	102.644
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	1.895.176	1.899.071	174.520	156.194
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	145.140	146.349	55.052	51.934
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(187.073)	(156.357)
Total	8.185.219	8.208.766	1.947.064	1.629.927

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

32 Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			31/03/2018	31/12/2017
Riscos Operacionais	07/11/2018	39.000	21	21
Frota - Danos Materiais e Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 360/ veículo	8	8
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	89.086	212	221
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	4	4
Total			245	254

Notas Explicativas

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017
Riscos Operacionais	07/11/2018	63.000	3.011	3.011
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2018	50.600	2.188	2.188
Frota - Danos Materiais e Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 1.060/ veículo	1.128	1.127
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2018	10.000	102	102
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2018	658	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2018	110.448	113	114
Compreensivo Empresarial	28/09/2018	820	2	2
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	123.501	1.925	2.240
Transportes	30/01/2018	Até 2.000/ transporte	136	161
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	281	281
Total			8.888	9.228

(*) Importância Segurada relativa ao mês de FEV/18 e prêmio anualizado.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e o contas a receber da concessão como melhor estimativa de valor justo dos ativos, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$115.243 (R\$197.115 em 31 de dezembro de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 12 e 16.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	93.805	93.805	134.406	134.406
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.402.152	1.402.152	1.910.911	1.910.911
Clientes	2	52.928	52.928	34.280	34.280
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	3.514	3.514
Títulos e créditos a receber	2	3.048	3.048	3.048	3.048
Créditos com partes relacionadas	2	394.544	394.544	417.515	417.515
Passivos					
Fornecedores	2	3.695	3.695	7.069	7.069
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	2.874.956	2.810.696	2.851.014	2.782.580
Instrumentos financeiros derivativos	2	270.468	270.468	162.694	162.694
Débitos com partes relacionadas	2	107.812	107.812	106.042	106.042

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	31/03/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	945.396	945.396	921.481	921.481
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.274.854	1.274.854	1.896.790	1.896.790
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.903.935	2.903.935	2.719.021	2.719.021
Títulos de créditos a receber	2	42.635	42.635	43.846	43.846
Ativos financeiros setoriais	3	1.288.339	1.288.339	1.114.024	1.114.024
Contas a receber da concessão	3	4.607.841	4.607.841	4.420.666	4.420.666
Instrumentos financeiros derivativos	2	199.011	199.011	178.417	178.417
Passivos					
Fornecedores	2	1.569.582	1.569.582	1.514.174	1.514.174
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil	2	9.337.673	9.286.045	8.954.561	8.894.799
Parcelamento de tributos	2	69.121	69.121	71.863	71.863
Passivos financeiros setoriais	3	1.039.022	1.039.022	1.029.063	1.029.063
Taxas regulamentares	2	82.561	82.561	215.847	215.847
Instrumentos financeiros derivativos	2	326.311	326.311	216.095	216.095
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	568.124	568.124	556.489	556.489

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia Participações S/A (atual denominação da CAIUÁ Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos n° 1, n° 2, n° 3 e n° 4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n° 5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia Participações S/A. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n° 5 estava condicionado à transferência para a Energia S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

Precificação

O preço de exercício - R\$8,97/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 29 de março de 2018 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,0% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 6,22% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 49,55% a.a. Em 29 de março de 2018, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$5,58/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

a) Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

b) Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG e Finep, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referente aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 7ª emissão de debêntures da Energisa, 1ª emissão de debêntures da ETO, 7ª emissão de debêntures da EMS, a 5ª emissão de debêntures da EMT e a 3ª emissão de debêntures da ESE, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

Notas Explicativas

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2018 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$6.258 (R\$2.112 em 31 de março de 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2018 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de março de 2018, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$18.547 (R\$2.505 em 31 de março de 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Dívida (a)	9.337.673	8.954.561
Caixa e equivalentes de caixa	(945.396)	(921.481)
Dívida líquida	8.392.277	8.033.080
Patrimônio líquido (b)	3.979.344	3.843.453
Índice de endividamento líquido	2,11	2,09

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Controladora						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		3.695	-	-	-	-	3.695
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,70%	360.894	106.008	1.513.969	1.671.898	305.485	3.958.254
Instrumentos Financeiros Derivativos		(11.533)	-	(1.514)	(257.421)	-	(270.468)
Total		353.056	106.008	1.512.455	1.414.477	305.485	3.691.481

Notas Explicativas

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.441.910	62.263	62.263	-	14.365	1.580.801
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,18%	1.320.393	929.463	5.313.184	3.788.731	3.493.044	14.844.815
Instrumentos Financeiros Derivativos		37.592	(15.392)	3.339	(188.843)	36.004	(127.300)
Total		2.799.895	976.334	5.378.786	3.599.888	3.543.413	16.298.316

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/2/2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	93.805	134.406	945.396	921.481
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	1.402.152	1.910.911	1.274.854	1.896.790
Clientes, consumidores e concessionárias	7	52.928	34.280	2.903.935	2.719.021
Títulos de créditos a receber	8	3.048	3.048	42.635	43.846
Ativos financeiros setoriais líquido	12	-	-	249.317	84.961
Contas a receber da concessão	16	-	-	4.607.841	4.420.666
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	3.514	199.011	178.417

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas,

Notas Explicativas

suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2018 com alta de 0,47% sobre 31 de dezembro de 2017, cotado a R\$3,3238/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2018 era de 9,58%, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2018, de R\$9.367.101 (R\$8.992.198 em 31 de dezembro de 2017), R\$2.252.260 (R\$1.750.540 em 31 de dezembro de 2017) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em setembro de 2022) e custo máximo de 4,8535% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2018 não apresenta saldo (R\$3.457 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, (R\$57 em 31 de dezembro de 2017) como também no ativo não circulante, R\$11.533 (R\$10.749 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$258.935 (R\$151.945 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante na controladora, R\$88.051 (R\$87.782 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, R\$110.960 (R\$90.635 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante, R\$633.974 (R\$63.568 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$260.461 (R\$709.016 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$27.850 (R\$89.453 em 31 de dezembro de 2017) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Citibank (*)	25.000	VC + (Libor + 1,64%) x 117,65%	108,00% CDI	27/04/2018	Fair Value Hedge
ESE					
Resolução 4131 - Itaú BBA (*)	25.115	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank (*)	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.876	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.444	VC + 5,33%	CDI + 3,65%	04/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.400	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.500	VC + (Libor+1,75%) x117,65%	CDI + 1,95%	21/12/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	61.805	(LIBOR + 0,73%) x 117,647%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Itaú BBA (*)	30.138	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	13.813	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,99%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	18.541	VC+(Libor + 0,73%) x 117,647%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Citibank	9.563	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	17.200	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	4.538	VC + (Libor + 0,65%) x 117,65%	CDI + 1,32%	29/03/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + (Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	VC + (Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	VC + (Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	43.939	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.135	VC + (Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - BBM	6.309	V.C. + 3,68%	CDI + 1,65%	30/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não Aplicável
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2020	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2018.

- **Controladora**

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2018	31/12/2017		31/03/2018	31/12/2017
			Posição Ativa		
Swap de Juros	318.639	493.639	Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	459.282	629.803
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(463.708)	(631.629)
			Posição Total Swap	(4.426)	(1.826)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2018	31/12/2017		31/03/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	89.700	89.700	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(83.772)	(83.477)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	83.772	83.245
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	89.700	89.700	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(92.392)	(90.831)
			Posição Líquida Swap	(8.620)	(7.586)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(92.392)	(91.063)

- **Consolidado**

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2018	31/12/2017		31/03/2018	31/12/2017
			Posição Ativa		
Swap de Juros	318.639	493.639	Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	459.282	629.803
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(463.708)	(631.629)
			Posição Total Swap	(4.426)	(1.826)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2018	31/12/2017		31/03/2018	31/12/2017
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.770.696	988.946	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.649.494)	(1.004.803)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.649.494	1.004.803
Swap Cambial (Derivativo)	1.770.696	988.946	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.637.537)	(1.002.333)
			Posição Líquida Swap	11.957	2.470
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.637.537)	(1.002.333)

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2018.

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2018	31/12/2017		31/03/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	626.120	1.357.436	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(602.767)	(1.511.156)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	602.767	1.524.988
Swap Cambial	626.120	1.357.436	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(510.616)	(1.337.529)
			Posição Líquida Swap	92.151	187.459
			Posição Líquida Dívida + Swap	(510.616)	(1.323.697)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2018 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Notas Explicativas

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.396.817)	(2.298.837)	(2.837.407)	(3.375.977)
Variação Dívida	-	97.980	(440.591)	(979.161)
Swap Cambial				
Posição Ativa				
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.252.261	2.154.281	2.692.851	3.231.421
Variação - USD e LIBOR	-	(97.980)	440.591	979.161
Posição Passiva				
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.148.153)	(2.148.153)	(2.148.153)	(2.148.153)
Variação - Taxa de Juros CDI	-	-	-	-
Subtotal	104.108	6.128	544.698	1.083.268
Total Líquido	(2.292.709)	(2.292.709)	(2.292.709)	(2.292.709)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2018, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.339.374, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.339.374, em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(788.353)		(788.353)	(788.353)	(788.353)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	982.420		523.139	523.139	523.139
Variação - Taxa de Juros	-		(459.281)	(459.281)	(459.281)
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(956.407)		(492.699)	(536.423)	(580.144)
Variação - CDI + TJLP	-		463.708	419.984	376.263
Subtotal	26.013		30.440	(13.284)	(57.005)
Total Líquido	(762.340)		(757.913)	(801.637)	(845.358)

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(242.500)		(242.500)	(242.500)	(242.500)
Varição Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	245.165		459.281	459.281	459.281
Varição - Taxa de Juros	-	Alta TJLP	214.116	214.116	214.116
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(245.744)		(463.707)	(467.259)	(470.795)
Varição - CDI + TJLP	-		(217.963)	(221.515)	(225.051)
Subtotal	(579)		(4.426)	(7.978)	(11.514)
Total Líquido	(243.079)		(246.926)	(250.478)	(254.014)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2018 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,59%, TJLP = 1,65% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.115.890	Alta CDI	142.823	178.529	214.235
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.148.153)	Alta CDI	(145.000)	(181.250)	(217.500)
	(3.756.415)	Alta CDI	(253.558)	(316.948)	(380.337)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(144.483)	Alta TJLP	(9.753)	(12.191)	(14.630)
	(2.028.678)	Alta IPCA	(14.201)	(17.751)	(21.302)
	(80.840)	Alta SELIC	(5.457)	(6.821)	(8.186)
	(644.894)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(8.803.463)		(427.969)	(534.961)	(641.955)
Total -perdas (2)	(6.687.573)		(285.146)	(356.432)	(427.720)

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2019 (6,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2018, TJLP 6,75% ao ano, Selic 6,75% ao ano, TR 0,00% ao ano, IPCA 0,70% e FNE 8,0% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$563.638.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

34 Benefícios pós-emprego

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2018, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$15.235 (R\$19.501 em 31 de março de 2017).

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Em 31 de março de 2018, a despesa de manutenção do plano foi de R\$305 (R\$3 em 31 de março de 2017) na controladora e R\$1.089 (R\$16 em 31 de março de 2017) no consolidado.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio.

Plano de Benefício Assistencial - a Companhia e suas controladas mantém um plano de benefício pós emprego de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustados pela inflação (INPC).

A Companhia e as controladas EMG e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 31 de março de 2018, as despesas com esse benefício foram de R\$704 (R\$322 em 31 de março de 2017) na controladora e R\$19.033 (R\$15.220 em 31 de março de 2017) no consolidado.

35 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2018 a 2027	650.926	539.086	310.866	108.514	34.727

Notas Explicativas

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2018 a 2028	55.520	75.728	77.811	80.171	630.291
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	164.254	242.262	235.414	230.985	4.434.500
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	518.883	688.530	695.193	613.120	10.228.634
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	387.126	502.068	426.990	432.655	7.287.030
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	72.943	106.086	106.334	94.781	1.571.074
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	978.860	1.509.729	1.531.939	1.559.427	20.199.669
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	351.972	462.680	489.249	371.840	7.203.961
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2018 a 2049	547.512	729.317	737.193	709.782	13.593.878
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	296.786	454.388	466.780	424.448	8.858.640
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2018 a 2027	638.838	539.986	293.961	106.887	31.070
		4.012.694	5.310.774	5.060.864	4.624.096	74.038.747

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 31 de março de 2018 e foram homologados pela ANEEL.

36 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2018	31/12/2017
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	55.421	765.493
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	132.716	211.384
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	127.755	120.363
Estoques - transferência para o intangível	477	2.791
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	2.166	51.778
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	10.024	35.107
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	127.755	120.363
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	2.166	51.778
Intangível - transferência para estoques	477	2.791
Atividades de financiamento		
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	10.024	35.107
Venda da aeronave		
Atividades operacionais		
Outras Contas a Receber	-	11.630
Depósitos e Cauções Vinculados	-	9.661
Impostos a recuperar	-	5.620
Tributos e contribuições sociais	-	3.593
Atividades de investimentos		
Intangível	-	1.718
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	-	32.222

37 Eventos subsequentes

- Bandeiras tarifárias:**

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril de 2018 e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Notas Explicativas

- Empréstimos Contratados**

Em 09 de Abril de 2018 a controlada indireta ESS captou junto ao Bank Of América N.A., R\$100.000 em moeda estrangeira com vencimento em 09/04/2020, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

Em 03 de Abril de 2018 a controlada indireta ETO emitiu Nota Promissória em moeda corrente com vencimento em 25/09/2019 e remuneração de 110,00% do CDI para a 3ª Emissão com Série Única no valor total de R\$300.000

Em 24 de Abril de 2018 a controlada direta ESE captou junto ao Citibank N.A, R\$30.000 em moeda estrangeira com vencimento em 26/04/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 0,72% a.a. A companhia realizou swap para taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

- Empréstimos Liquidados Antecipadamente**

Em 04 de Abril de 2018 a controlada indireta ETO efetuou a liquidação antecipada junto ao Itaú Unibanco S/A e ao Banco Bradesco S/A dos financiamentos contratados junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR que venceriam em Novembro de 2021 no valor de R\$153.840.

- Homologação Revisão Tarifária:**

Em 03 de abril de 2018 a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.379 e Nota Técnica nº 68/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018 da controlada indireta EMT. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 11,53%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMT
Alta e Média Tensão	+5,94%
Baixa Tensão	+13,98%
Efeito Médio	+11,53%

Em 03 de abril de 2018 a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.380 e Nota Técnica nº 65/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018 da controlada indireta EMS. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 9,87%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMS
Alta e Média Tensão	+7,91%
Baixa Tensão	+10,65%
Efeito médio	+9,87%

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL através da Resolução Homologatória Nº2.387 e Nota Técnica Nº 86/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica, a vigorar a partir de 22 de abril de 2018 da controlada direta ESE. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 11,30%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da ESE
Baixa Tensão	+9,85%
Alta e Média Tensão	+13,92%
Efeito médio BT + AT	+11,30%

Notas Explicativas

- **Controladora Energisa aumenta participação societária na EMT**

Em 16 de abril de 2018, foi encerrado o prazo da oferta pública voluntária para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada indireta Energisa Mato Grosso, conforme edital publicado em 8 de dezembro de 2017 e aditado em 27 de dezembro de 2017.

Durante o período 31/03/2018 e 16/04/2018, foram adquiridas pela Energisa S/A 3.998.275 ações (1,88% do capital social total) da EMT pelo valor de R\$34.868, sendo 313.500 ações ordinárias (0,43% do capital social na espécie) e 3.684.775 ações preferenciais (2,64% do capital social na espécie).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão de Informações Trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 10 de maio de 2018.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, sobre as Demonstrações Financeiras Trimestrais do período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 10 de maio de 2018.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas